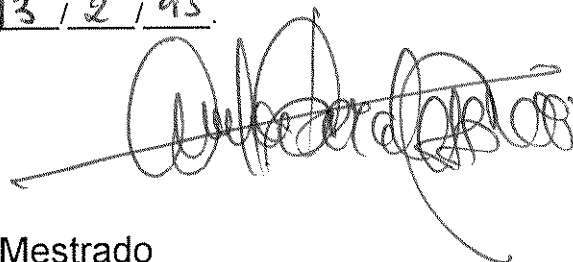


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

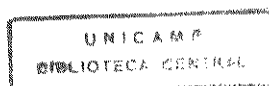
MARIA PAULA PANÚNCIO

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO:
ENTENDENDO A OPÇÃO PELA VIDA DE RUA**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
REDAÇÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA POR MARIA PAULA PANÚNCIO E
APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA
EM 13 / 2 / 95.



Dissertação de Mestrado
1995



9504147

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Psicologia Educacional, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof^a Dr^a Anita Liberalesso Neri.

Comissão Julgadora:

~~_____~~
Günther

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho como este envolve a participação de muitas pessoas as quais a convivência, o apoio, a amizade, o incentivo, a orientação e a compreensão tornaram possível a concretização do projeto.

A todas as pessoas que conviveram comigo durante a realização deste trabalho e que participaram de cada etapa, agradeço sinceramente.

Algumas pessoas, entretanto, tiveram uma participação especial:

* Prof^a Dra. Maria Inês Fini, pela forma como me acolheu no Programa e pela orientação nos dois primeiros anos do desenvolvimento do trabalho;

* Leonor, Meyre e Sofia pela acolhida no grupo e por compartilhar conhecimentos, dificuldades e conquistas;

* Nadir, Cláudia, Vanda, Marina, Ana, Adelina e Malu pela atenção com que sempre me atenderam;

* Vinicius e Eliana pelo trabalho de digitação e pela paciência infinita nos momentos mais complicados;

* Amigos da Secretaria do Bem Estar Social, pela compreensão e colaboração e pelas muitas outras formas pelas quais estiveram presentes: Samia, Lena, Victor, Neide, Cida, Suzana, Cristina, Alexandra, Regina, José Luiz, Neusa e Ângela;

* Ana Braga, Rita, Márcia e Aninha, pela amizade;

* Joaquim e Mercedes, pelo incentivo e pela acolhida nas minhas idas a Campinas.

Agradecimento Especial

À Profª Drª Anita Liberalesso Neri, por sua presença norteadora em todos os momentos, pela paciência, dedicação e amizade com que conduziu a orientação deste trabalho.

Dedicatória:

A meus pais, Pedro e Cidinha, e a meu irmão
P. Henrique, amigos presentes todo o tempo.

A Horácio, companheiro paciente, parceiro
na construção de tantos sonhos.

RESUMO

Recentemente, pesquisadores em muitas partes do mundo têm estudado as "crianças-de-rua". O fenômeno assume proporções avantajadas nas áreas metropolitanas brasileiras, onde estima-se que dezesseis milhões vivam em condições de risco, principalmente em virtude da pobreza e da desagregação familiar. "Na rua" é a expressão usada para designar os que estão na rua trabalhando para suas famílias; "de rua" designa os que exercem atividades voltadas ao seu próprio sustento e não mantêm vínculo familiar. A socialização de ambos os grupos tende a ser marcada por numerosos eventos estressantes e pela escassez de suporte afetivo, econômico e social, o que talvez responda pela elevada ocorrência de comportamentos considerados socialmente desviantes entre eles.

O objetivo deste trabalho é a identificação das relações entre características sociológicas, vivência de eventos estressantes ao longo da história de vida e distúrbios de conduta, mediante a análise dos prontuários de 50 meninos-de-rua, construídos ao longo de três anos, em três serviços sociais de atendimento, em Ribeirão Preto, S.P.

A análise dos dados mostrou que 60% do grupo de sujeitos tinha entre 13 e 16 anos, 32% estava na faixa de 7 a 12 anos e 8% eram jovens adultos, (17 e 18 anos); 76% dos sujeitos eram do sexo masculino; a grande maioria provinha de famílias numerosas que sobrevivem abaixo dos limites da pobreza; 88% eram evadidos da escola e 18% analfabetos. Os eventos estressantes mais frequentes foram ausência paterna ou materna por morte ou separação, conflito com os novos companheiros dos pais, privações severas em consequência da pobreza, rejeição, abandono, violência física e fuga do lar. Além desses identificaram-se o envolvimento dos pais em atividades ilegais e a presença de problemas psiquiátricos no ambiente familiar, em menor frequência. Os sujeitos apresentaram uma média elevada de distúrbios de conduta, sendo que os mais frequentes foram furto (100%), mentiras frequentes (98%) e uso de drogas (96%). O número mínimo de distúrbios de conduta apresentado por indivíduo foi quatro. Análises multivariadas indicaram relações entre pobreza, frequência elevada de eventos de vida potencialmente estressantes e a ocorrência de distúrbios de conduta. Os dados sugerem que há risco individual e social em pertencer à um segmento populacional que, embora numeroso, é "não-normativo" em termos sociológicos e psicológicos.

ABSTRACT

In recent years, researchers in many parts of the world have been studying street children. The phenomenon assumes advantageous rates in the Brazilian metropolitan areas, where sixteen millions of children and youths live at risk, mainly due to poverty and families with no structure or organization. "In the streets" is the term used to name those who are working for their families, "of the streets" designates who are working for their own support and keep no familiar relationship. The socialization of both groups tends to be marked by many stressful life events and poor affective, economic and social support, that may contribute to the high incidence of deviant behavior among them.

The aim of this study is to identify the relationships between sociological features, living stressful events across the life history and behavioral problems, through the analysis of fifteen "street boys" dossiers, built across three years, by three social services from Ribeirão Preto.

Data analysis indicated that 60% of the subjects were adolescents (13-16 years-old); 32% were children (7-12 years-old) and 8% were later adolescents (17-18 years-old); 76% were boys; the majority living in extremely poor families; 88% had evaded from school and 18% were illiterate.

The more common stressful life events were father absence by death or parental divorce, conflicts with the stepfather or stepmother, severe deprivation due to poverty, rejection, abandonment, physical violence and escape from home. Beside this, it is usual the parent's involvement in illegal activities and mental diseases are often present. The subjects presented high average of conduct disturbance. The most frequent were stealing (100%); frequent lies (98%) and drug abuse (96%). The least number of conduct disturbance exhibited by each subject were four. Multivariate analysis indicated relationships between poverty, high frequency of stressful life events and conduct disturbance. Data suggest that pertaining to socially and psychologically non-normative, although highly frequent "at risk groups", increases the possibilities of personal and social involvement in deviant behavior and stressful life events.

SUMÁRIO

RESUMO _____	vii
ABSTRACT _____	viii
LISTA DE TABELAS _____	x
LISTA DE FIGURAS _____	xi
LISTA DE QUADROS _____	xii
LISTA DE ANEXOS _____	xiii
INTRODUÇÃO _____	01
1. "Meninos-de-Rua": Um Retrato da Situação da Infância e da Juventude no Brasil _____	03
2. "Meninos-de-Rua" Em Ribeirão Preto _____	06
3. Contribuições da Perspectiva do Curso de Vida À Compreensão da Problemática dos "Meninos-de -Rua" _____	14
MÉTODO _____	22
1. População _____	22
2. Sujeitos _____	24
3. Procedimento _____	25
RESULTADOS _____	32
1. Análise Univariada Referente À Caracterização dos Sujeitos _____	32
2. Análise Descritiva Multivariada Referente À Caracterização dos Sujeitos _____	40
3. Análise Qualitativa de Grupos de Sujeitos e Casos Específicos _____	48
DISCUSSÃO _____	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	60
ANEXOS _____	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Caracterização do Grupo Quanto à Idade _____	32
TABELA 2 - Caracterização do Grupo Quanto ao Tamanho da Família _____	33
TABELA 3 - Caracterização do Grupo Quanto à Evolução _____	35
TABELA 4 - Caracterização do Grupo Quanto à Presença de Distúrbios de Conduta	37
TABELA 5 - Caracterização do Grupo Quanto ao Número de Distúrbios de Conduta Presentes por Indivíduo _____	38
TABELA 6 - Caracterização do Grupo Quanto à Presença de Eventos de Vida Potencialmente Estressantes _____	38
TABELA 7 - Caracterização do Grupo Quanto à Presença de Distúrbios de Conduta nos Pais _____	39
TABELA 8 - Caracterização do Grupo Quanto ao Número de Distúrbios de Conduta Presente nos Pais dos Sujeitos _____	39
TABELA 9 - Tendências de Associação e Frequência dos Distúrbios de Conduta de Acordo com os Critérios de Sexo e Idade _____	41
TABELA 10 - Tendências de Associação e Frequência dos Eventos de Vida de Acordo com os Critérios de Sexo e Idade _____	43
TABELA 11 - Resultados do Teste Exato de Fisher Quanto à Relação entre Condição Sócio-Econômica e Distúrbios de Conduta _____	44
TABELA 12 - Distribuição Média de Distúrbios de Conduta de Acordo com Sexo e Idade _____	45
TABELA 13 - Distribuição Média de Distúrbios de Conduta de Acordo com Tempo de Vivência de Rua _____	46
TABELA 14 - Evolução dos Casos Considerando-se o Tempo de Vivência de Rua _	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - População atendida de acordo com sexo, na faixa etária de 12 - 17 anos Programa Criança de Rua _____	10
Figura 2 - População atendida de acordo com sexo, na faixa etária de 12 - 17 anos Pastoral do Menor _____	10
Figura 3 - População atendida de acordo com procedência - Programa Criança de Rua _____	11
Figura 4 - População atendida de acordo com procedência - Pastoral do Menor ____	11
Figura 5 - Motivo de encontrar-se na rua: Programa Criança de Rua _____	12
Figura 6 - Motivo de procurar o serviço: Centro de Referência _____	12
Figura 7 - Motivo de encontrar-se na rua: Pastoral do Menor _____	12
Figura 8 - Distribuição proporcional dos sujeitos de acordo com renda familiar ____	34
Figura 9 - Distribuição proporcional dos sujeitos de acordo com tempo de vivência de rua _____	35

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Informações Obtidas Sobre os Sujeitos: Sexo, Idade, Situação Escolar e Alfabetização _____ 26
- Quadro 2 - Informações Obtidas Sobre os Sujeitos: Tempo de Vivência de Rua no Início do Atendimento e Fonte de Referência / Apoio Familiar _____ 27
- Quadro 3 - Informações Obtidas Sobre os Sujeitos: Distúrbios de Conduta _____ 28
- Quadro 4 - Informações Obtidas Sobre os Sujeitos: Eventos de Vida Potencialmente Estressantes _____ 29
- Quadro 5 - Informações Obtidas Sobre a Família: Tipo de Família, Condição Sócio-econômica da Família de Origem _____ 30
- Quadro 6 - Informações Obtidas Sobre a Família: Distúrbios de Conduta Presentes nos Pais _____ 31
- Quadro 7 - Informações Obtidas Sobre o Atendimento: Evolução _____ 31
- Quadro 8 - Tendências Obtidas Pela Análise de Correspondência Quanto à Associação Entre os Distúrbios de Conduta _____ 40
- Quadro 9 - Tendências Obtidas Pela Análise de Correspondência Quanto à Associação Entre os Eventos de Vida Potencialmente Estressantes _____ 43
- Quadro 10 - Tendências de Associação Entre os Eventos de Vida Potencialmente Estressantes e os Distúrbios de Conduta de Acordo com Análise de Correspondência Múltipla _____ 48
- Quadro 11 - Tendências de Associação Entre os Distúrbios de Conduta nos Sujeitos e Em Seus Pais de Acordo com Análise de Correspondência Múltipla _____ 48

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Propostas de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco no Município de Ribeirão Preto, no período compreendido entre 1970 e 1992 _____	65
Anexo 2 - Formulários Utilizados Pelos Serviços Eleitos Para Coleta de Dados _____	69
2.1 Roteiro de Abordagem do PCR _____	70
2.2 Ficha de Identificação de caso - CAB / CRCA _____	71
2.3 Roteiro de Abordagem da Pastoral do Menor _____	72
Anexo 3 - Dados Gerais Obtidos Pelo Estudo Documental Inicial _____	73
3.1 Programa Criança de Rua _____	74
3.2 Centro de Referência da Criança e do Adolescente _____	76
3.3 Pastoral do Menor _____	77
Anexo 4 - Roteiro Para Leitura dos Prontuários _____	79
Anexo 5 - Gráficos Obtidos Pela Análise de Correspondência _____	82
Gráfico A - Tendências de Associação entre Distúrbios de Conduta Derivadas da Análise de Correspondência _____	83
Gráfico B - Tendências de Associação entre Eventos de Vida Derivadas da Análise de Correspondência (1ª e 2ª dimensões) _____	84
Gráfico C - Tendências de Associação entre Eventos de Vida Derivadas da Análise de Correspondência (3ª e 1ª dimensões) _____	85
Gráfico D - Tendências de Associação entre Distúrbios de Conduta e Eventos de Vida Potencialmente Estressantes Derivadas da Análise de Correspondência Múltipla _____	86
Gráfico E - Tendências de Associação entre Distúrbios de Conduta dos Sujeitos e seus Pais Derivadas da Análise de Correspondência Múltipla _____	87

INTRODUÇÃO

A realidade vivida por crianças e jovens que fazem da rua seu único espaço de sobrevivência é objeto de estudo e interesse recente em várias partes do mundo. Neste sentido, tem sido possível verificar que tal problemática não é exclusiva aos países em desenvolvimento mas tem sido objeto de investigação em outras partes do mundo: EUA (Aptekar, 1994; Tyler, 1994); México (Peralta, 1994); Índia (Verma, 1994) e Alemanha (Keifenheim, 1994).

Do ponto de vista do perfil sociológico existem muitas semelhanças entre as populações de rua de diversos países: a pobreza, a necessidade de obter renda, a idade e o sexo (preferencialmente adolescentes do sexo masculino).

Entretanto, em relação ao perfil psicológico diferentes possibilidades têm sido apontadas referenciadas por diferentes abordagens teóricas.

Muitos estudos têm identificado diversos grupos de "meninos-de-rua". Compilando dados recentes de pesquisas na área, Aptekar (1994) define basicamente dois: "**meninos na rua**" (**children in the streets**), que são aqueles que estão trabalhando para suas famílias e "**meninos de rua**" (**children of the streets**) que são aqueles que estão trabalhando para o seu próprio sustento e praticamente não mantém vínculo familiar.

De acordo com os resultados obtidos por seu estudo sobre "meninos-de-rua" no México, Peralta (1994) considera que o grupo mais problemático é o de "meninos de rua". O autor define as crianças deste grupo como em situação de alto risco quanto ao uso de substâncias como drogas e álcool, exercício de atividades ilegais, exploração de outros meninos/as e morte violenta nas ruas.

Em estudo realizado na Índia, Verma (1994) identificou algumas características psicológicas de crianças que vivem na rua. Tais características foram consideradas como consequência dos eventos de vida que antecederam ou determinaram a ida para as ruas (condições de vida, relações familiares) e à desestrutura e à instabilidade da vida nas ruas: perda da noção de tempo; dificuldade de estabelecer vínculos afetivos; imaturidade emocional e necessidade de receber atenção e afeição.

Particularmente no Brasil, a situação de extremo risco pessoal e social que envolve os chamados "meninos-de-rua" aponta para a total ausência de cidadania em algumas parcelas da população e faz emergir a face sócio-econômica desse problema. A diferenciação entre "na rua" e "de rua" tem sido rejeitada: entende-se que considerar os "de rua" como mais problemáticos cria mais um estigma para uma população que já é tão marginalizada e desvia a atenção do problema principal que é a questão **estrutural**.

Entretanto, ao se pensar na criação de possibilidades de intervenção imediata, independentemente da ocorrência das necessárias transformações estruturais exigidas no contexto brasileiro e de considerações ideológicas, torna-se importante caracterizar os diferentes grupos que vivem na rua quanto a um possível perfil psicológico.

Mediante um estudo documental, cujos resultados estão no Anexo 3, foi possível identificar a existência de dois grupos nas ruas de Ribeirão Preto, município

onde se realizou este estudo: o grupo "de rua" e o grupo "na rua". O grupo de rua apresenta aquelas características identificadas por Aptekar e Peralta. De fato, seus membros são mais comprometidos do ponto de vista de um possível perfil psicológico, já que foi possível identificar neste grupo comportamentos passíveis de serem definidos como distúrbios, problemas ou perturbações de conduta. Tais comportamentos incluem agressividade, exercício de atividade ilegal, fuga do lar, uso de drogas, dificuldade em aceitar limites e regras e em estabelecer vínculos afetivos.

Kaplan e Sadock (1984) afirmam que o aspecto fundamental desse grupo de perturbações é o padrão repetitivo e persistente de comportamento anti-social, que viola o direito das outras pessoas e que vai além das brincadeiras e travessuras de crianças e adolescentes.

As relações entre o contexto sócio-econômico e o comportamento anti-social são citadas por eles principalmente em estudos realizados na América do Norte.

De acordo com esses autores, as atitudes parentais e os métodos educacionais defeituosos são os elementos principais que contribuem para o desenvolvimento de distúrbios de conduta. Estes são muito comuns em filhos de pais que apresentam comportamentos anti-sociais.

Além desses padrões de comportamento, podem ser importantes componentes do perfil psicológico os eventos de vida peculiares a este grupo de meninos e meninas.

Aptekar (1994), cita as dificuldades familiares, abuso, maus-tratos ou negligência sofridos na própria casa. A própria situação de pobreza considerada por Aptekar como condição necessária à definição de "criança de rua", gera eventos de vida muito peculiares que podem ser avaliados, objetivamente como negativos e potencialmente estressantes (privações, não acesso à bens e serviços) os quais podem ser relacionados com dificuldades no desenvolvimento e aparecimento de desvios de comportamento.

Partindo da premissa de que o fenômeno dos meninos de rua apresenta muitas faces e de que é importante conhecê-las para aumentar a probabilidade de êxito na abordagem do problema, este estudo procurou definir o perfil psicológico de um grupo de crianças e jovens de rua. A definição desse perfil baseou-se na identificação de eventos de vida e de comportamentos peculiares ao grupo de sujeitos.

Embora haja evidência empírica sobre a relação entre pobreza, eventos estressantes, distúrbios de conduta e opção pela vida de rua, trata-se de uma questão complexa. Existem inúmeras dificuldades metodológicas e não se conhece bem a direção da causalidade. De qualquer forma, a identificação dos problemas de conduta e dos eventos de vida peculiares apresentados pelo grupo de "meninos-de-rua" em questão podem vir a fornecer importantes informações à caracterização desejada.

À título de introdução, inicialmente serão abordados alguns aspectos do problema dos meninos-de-rua no Brasil. Em seguida, serão apresentados o contexto em que este estudo foi realizado, e informações referentes à realidade das crianças e adolescentes em situação de risco no município de Ribeirão Preto.

Finalmente, serão apresentadas as questões específicas do fenômeno dos "meninos-de-rua", entendidas sob a perspectiva do curso de vida, referência teórica utilizada, e os objetivos deste trabalho.

1. "MENINOS DE RUA" UM RETRATO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE NO BRASIL

A situação vivida por crianças e jovens das camadas populares que fazem da rua seu local de moradia e sobrevivência é um dos maiores desafios à sociedade brasileira em sua busca da retomada do crescimento econômico com justiça social.

As questões referentes aos chamados "meninos-de-rua" têm ocupado espaço considerável, tanto nos meios de comunicação social quanto nos meios acadêmicos e científicos.

A denominação "meninos-de-rua" não é a mais correta para expressar a realidade vivida pelos sujeitos deste estudo. As condições de vida destes meninos e meninas já lhes impõem estigmas suficientes. Além disso, essas crianças têm família e são, portanto, também "meninos-de-pai-e-mãe". Por isso, quando ela for usada neste trabalho, aparecerá entre aspas.

Minayo (1993) refere-se a essa problemática como um campo de estudos extremamente delicado. Para a autora, os inúmeros textos biográficos, de denúncias, testemunhos, análises e etnografias sobre o tema dificultam a compilação e a avaliação, em termos de qualidade, desta produção. Contudo, ela também considera que o aumento da produção nesta área aponta para uma tomada de consciência da sociedade:

"Esse fenômeno editorial explicita a inquietude tanto de intelectuais quanto dos movimentos sociais em relação ao processo de deterioração das instituições, das relações e das condições de vida no Brasil, fato que tem nos meninos e meninas de rua, sua expressão paradigmática." (página 9)

Embora o problema não seja exclusivo aos países em desenvolvimento, no Brasil a situação tem se mostrado particularmente grave e suas dimensões têm causado espanto aos organismos internacionais: estima-se que dezesseis milhões de crianças e jovens têm apenas a rua como alternativa de sobrevivência.

Ao contrário do que acontece em outros países, onde o problema das crianças de rua pode ser olhado sob diferentes ângulos, no Brasil a situação de miséria em que sobrevive grande parte das famílias conduz os olhares ao ângulo sócio-econômico.

De acordo com o IBGE, a população brasileira no início dos anos 90 era de 146 milhões de habitantes. Destes, 64.5 milhões estão abaixo da linha de pobreza, ou seja, têm um rendimento per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Considerando-se que 41.9 % da população se encontra na faixa etária de 0 a 18 anos, e que destes 53.5 % provém de famílias com renda per capita inferior a meio salário

mínimo, obtém-se que 32 milhões de crianças e jovens sobrevivem abaixo dos limites da pobreza.

Além da pobreza absoluta, outro problema que aparece intimamente ligado à questão dos "meninos-de-rua" é o da violência contra crianças e jovens.

Minayo (1993) analisa em seu estudo o processo de deterioração das condições de vida das famílias de baixa renda, de onde se originam as crianças de rua.

Tais crianças e jovens compõem grupo de risco não só para as doenças da miséria como para as chamadas causas externas (homicídios, suicídios, acidentes de trabalho, trânsito e envenenamentos). O estudo de Minayo mostra como a violência estrutural que provoca a saída das crianças de seus lares se articula com a violência da delinquência adulta que as vitimiza.

"Embora não se possa fazer uma correlação linear entre as formas de manifestação da violência na infância e suas expressões no quadro de morbimortalidade é impossível dissociar o fato de que as chamadas causas externas constituam hoje a primeira causa de morte na infância e na idade produtiva (de 5 a 29 anos) e que, dentre esse grupo de causas, homicídios e crimes no trânsito constituam as duas formas de morrer mais frequentes entre crianças e jovens." (página 11)

Szwarcwald (1989) e Lólio (1985), apresentam dados estatísticos que evidenciam a associação entre violência na infância, "meninos-e-meninas-de-rua" e morbimortalidade: a idade de 10 a 19 anos é a etapa da vida com maior risco por mortes violentas; os meninos são mais vulneráveis que as meninas, numa relação de uma menina para dez meninos mortos; os homicídios estão numa tendência crescente como causa de mortes de crianças e adolescentes; a magnitude da mortalidade por homicídios infanto-juvenis é altamente significativa nas regiões metropolitanas, locus privilegiado do fenômeno "meninos-e-meninas-de-rua"; os jovens, homens, pobres e negros são as vítimas preferenciais de mortes por homicídios, o mesmo grupo social que em maior número preenche as características dos que vivem nas ruas (apud Minayo, 1993).

Dimenstein (1993), ao discutir os números da violência, cita pesquisa que revela que em 1989, a cada dois dias uma criança era assassinada por policiais ou grupos de extermínio: as vítimas eram "meninos-de-rua".

Em 1991 um grupo de parlamentares criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de violência contra crianças: a CPI do extermínio mostrou que naquele ano ocorreram 4 assassinatos por dia. Além disso, o relatório final exibiu testemunhos de maus-tratos e torturas:

"As revelações serviram para mostrar que, apesar de o País ser democrático, não garante o direito mais elementar de um indivíduo: o direito a vida." (página 33)

Aos dados sobre pobreza e violência, juntam-se os dados sobre mortalidade infantil, que ajudam a completar o quadro da situação da infância no Brasil: de cada mil crianças que nascem, 67 morrem antes de completar cinco anos (Fonte: IBGE).

Documento divulgado em julho de 1994 pela CNBB-Pastoral da Criança, que desenvolve em todo o território nacional um trabalho nas comunidades, com o objetivo de acompanhar mensalmente ações básicas de saúde e educação, informou sobre uma tendência ao aumento da mortalidade e da desnutrição no Nordeste e nas outras regiões do país, com exceção da região Sul. Os dados do Sistema de Informação da Pastoral da Criança não produzem índices nacionais de toda a população, mas indicam tendências. Os dados divulgados em junho/94 refletem a realidade de 1.935.433 crianças menores de seis anos, em todos os estados brasileiros, acompanhadas no primeiro semestre de 1994.

Ao comparar a taxa de mortalidade infantil do Brasil com as de outros países em desenvolvimento, Dimenstein (1993) discute a evidente diferença entre desenvolvimento econômico e social: o nosso PIB per capita em 1991 era de US\$ 2680, superior ao mesmo indicador em países como Paraguai, Tunísia, Costa Rica e Cuba. No entanto, a taxa de mortalidade infantil desses países é inferior à nossa.

Informações como essas, sobre a situação de pobreza em que sobrevive a população de 0 a 18 anos, a violência contra a infância e a mortalidade infantil, revelam que grande parcela da infância e da juventude no Brasil não conhece o significado da palavra CIDADANIA. Além disso, colocam em evidência a total ineficiência das políticas públicas básicas e a natureza do desenvolvimento nacional: concentrador e excludente, que privilegia o econômico em detrimento do social (Minayo, 1993).

O Estatuto da Criança e do Adolescente: Redefinindo Situação de Risco. A Constituição Federal de 1988 diz em seu artigo 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, crueldade e opressão."

Este artigo da constituição deu origem em 1990, após amplo processo de discussão popular, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento que veio substituir o antigo Código de Menores e que estabelece detalhadamente o papel do Estado, da família e da sociedade na consecução da prioridade a que alude o artigo.

O ECA representa uma conquista importante no campo dos direitos civis; cria mecanismos de participação popular na definição e execução das políticas voltadas à garantia dos direitos e à proteção especial e, principalmente, altera o paradigma contido no Código de Menores, deixando para trás a idéia de que o risco encontra-se na própria criança: O Estatuto fez emergir uma nova interpretação da expressão "situação de risco", sugerindo que traduz uma desvantagem social, econômica e cultural. Portanto encontra-se no contexto sócio-econômico.

Entretanto, quando se considera que a gravidade da situação vivida pela infância no Brasil é fruto de um abandono histórico e de uma constante não-adequação

da realidade às leis, pode-se entender o quanto ainda é preciso caminhar do discurso à prática para se atingir a meta da prioridade absoluta.

Na verdade, a impotência das leis em promover a alteração da realidade é uma constatação histórica. Especificamente em relação à infância pode-se citar o exemplo da Lei do Ventre Livre, que sancionada pela elite imperial em 1871, preconizava a libertação dos nascituros sem criar, porém, meios eficazes para impedir, a curto prazo, a reescravização dos filhos das escravas (Lima e Venâncio, 1988). Além disso, um dos efeitos da lei foi o aumento do número de abandonos de crianças negras.

De fato, é possível estabelecer uma relação histórica direta entre a questão dos "meninos-de-rua" e a escravidão:

"Em 1906, o chefe de polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro) já se mostrava incomodado: 'Existem nesta Capital, disseminados por todos os pontos, numerosos menores do sexo masculino, que, sem amparo e proteção, sem recursos, portanto, que lhes proporcionem subexistência, entregam-se a prática de delitos e vícios'. Esses meninos eram os filhos de escravos." (Dimenstein, 1993, páginas 44-45)

O mesmo autor cita que no Rio de Janeiro, nos anos que se seguiram à promulgação da Lei Áurea, foram presos em asilos correccionais, como forma de repressão à ociosidade, mais crianças que adultos.

A exemplo da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui-se em medida civilizatória e necessária. Entretanto, a lei em si não cria mecanismos para alteração da realidade.

Ao assumir a inadequação do modelo de sociedade vigente e a necessidade de reverter as práticas sociais instituídas, entende-se o problema da infância e da juventude brasileira como ESTRUTURAL. Porém as mudanças estruturais são da alçada das macro-políticas e constituem longos processos. O aumento crescente do número de crianças e jovens que passam na rua a maior parte de seu tempo em busca de alternativas de sobrevivência sugere uma intervenção imediata.

A nova legislação representa avanços importantes mas é pouco eficiente, por si só, para realizar a transformação da realidade. Esta parece estar fortemente ligada à realização de diagnósticos pertinentes.

2. "MENINOS-DE-RUA" EM RIBEIRÃO PRETO

Desde 1990, registrou-se um aumento considerável do número de crianças e de adolescentes que perambulam pelas ruas do município de Ribeirão Preto, local proposto para a realização deste estudo.

Situado no interior de São Paulo, o município tem, de acordo com o Censo 91, uma população de 430.805 habitantes, com uma taxa de crescimento de

4% ao ano. As atividades econômicas predominantes são: cultura de cana-de-açúcar; industrialização de álcool; indústria de máquinas e equipamentos para extração mineral; indústria de aparelhos e equipamentos odontológicos; implementos e máquinas agrícolas; indústria de suco de laranja concentrado e farelo de oleaginosas (soja, algodão, amendoim).

O município carrega o estigma de pertencer a uma das regiões mais ricas do país. Com uma renda per capita de cinco mil dólares por ano, é foco de migração tanto de cidades próximas, como de outros Estados, principalmente Minas Gerais e Nordeste.

No entanto, a "Califórnia Brasileira" também vem sofrendo as consequências do agravamento da crise econômica.

O aumento dos núcleos de favelas, da criminalidade, da violência, do desemprego e, inclusive, o aumento do número de crianças e de jovens nas ruas do centro da cidade, apontam para o visível empobrecimento da população e para o agravamento dos problemas sociais, numa cidade conhecida pela qualidade de vida que oferece a seus habitantes.

As crianças estão nas ruas muito precocemente. Deslocam-se da periferia, onde moram, com os pais ou irmãos mais velhos em direção às áreas centrais inicialmente, ou aparentemente, para pedir dinheiro, alimentos ou alguma outra contribuição ao orçamento familiar. A rua, porém, implica outra realidade. Ela pode parecer muito atraente a quem não consegue satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência e desenvolvimento em casa; mais atraente, por exemplo, que a escola, cuja proposta totalmente desvinculada da realidade destas crianças e jovens acaba por expulsá-las.

As constantes estadas no centro da cidade, expõem a criança ao contato com o que a rua tem mais apaixonante: a liberdade. O fácil acesso aos recursos que não existem em casa, o contato precoce com o sexo, drogas, dinheiro, lazer e todas as facilidades que a rua aparentemente oferece, contrapondo-se a todas adversidades vividas em seu bairro de origem, favorecem o rápido fortalecimento dos vínculos com a mesma. Porém, algum tempo de vivência de rua leva crianças e jovens a perceberem que a rua não traz apenas vantagens: a discriminação, as humilhações, a violência que a rua proporciona, o contato com situações de perigo e a punição informal pelo envolvimento com atividades ilegais ou pelo simples fato de estar sujo, perambulando nas áreas comerciais, desperta neles a compreensão da outra face da vida de rua. Neste momento os meninos e meninas tornam-se mais suscetíveis à abordagem de educadores e à reflexão de deixar a rua.

Uma aproximação as crianças e jovens na rua favorece a identificação de dois grupos distintos que, à primeira vista, diferem pelo tipo de atividade desenvolvida e pela ruptura ou preservação do vínculo familiar.

Um grupo desenvolve atividades como pedir esmolas (típica dos mais jovens, até 5 ou 6 anos), guardar carros, engraxar, vender doces, alho, limão, flores, loterias. O grupo organiza-se em torno de atividades de geração de renda socialmente aceitas. São pequenos trabalhadores e orgulham-se disto. Têm um compromisso com a família: entregam seu salário em casa e valorizam isto, muito mais do ir a escola, por

exemplo. Discriminam os colegas de rua que exercem atividades menos "dignas" e não costumam se misturar com eles. No momento em que têm contato com drogas, restringem-se ao uso de cola de sapateiro e/ou maconha, e temem e condenam o uso de outras, principalmente a cocaína, drogas injetáveis e crack. Embora seu relacionamento com a família de origem seja muitas vezes complicado, costumam voltar para casa no final do dia. Esporadicamente dormem na rua. São acessíveis à abordagem e aceitam com relativa facilidade, apesar da resistência da família que teme que cesse a contribuição no orçamento, orientações e propostas de encaminhamento. Apesar das dificuldades encontradas no relacionamento familiar, da pobreza e das dificuldades de adaptação em situações mais estruturadas, conseguem optar entre as alternativas oferecidas pelos programas existentes no município. Às vezes retornam à escola, são encaminhados a programas de profissionalização ou ao mercado de trabalho. Os programas de orientação e apoio familiar desempenham papel importante na manutenção destes meninos longe das ruas. Em sua maioria são crianças até doze anos; alguns são mais velhos: treze, quatorze anos.

O outro grupo apresenta características bem distintas. As crianças e jovens deste grupo desenvolvem atividades também ligadas à geração de renda e à sobrevivência na rua, mas não existe o compromisso de contribuição no orçamento familiar. Os vínculos familiares apresentam-se frágeis ou definitivamente rompidos. Estas crianças e adolescentes dormem nas ruas ou em casa invadidas, os "mocós". A maioria das atividades cotidianas correspondem a ocupações ilegais: pequenos furtos, transporte de drogas, roubos no comércio, assalto e consumo de drogas. São mais resistentes à abordagem; apresentam um discurso estereotipado e mentem à respeito de si e de suas famílias; comportam-se agressivamente, resistindo às alternativas referentes aos programas de atendimento. Apresentam uma dificuldade importante de adaptação em situações estruturadas e na introjeção de limites e regras. Também entendem como trabalho as atividades que desenvolvem. Consideram-se mais espertos e corajosos que os outros. São adolescentes, em sua maioria maiores de quatorze anos. Contudo, existem membros mais jovens neste grupo. Ao contrário do que ocorre com o outro grupo, no qual devido ao sucesso das abordagens e encaminhamentos a rotatividade é grande, estes são velhos conhecidos dos educadores de rua, dos comerciantes, dos policiais e do juiz. O grupo mantém-se relativamente constante.

À primeira vista pode parecer que o agravamento da situação observado neste grupo esteja relacionado com o fator tempo de vivência de rua. Pertencer a um grupo ou a outro pode ser apenas uma questão de tempo: num processo mais lento para uns, mais rápido para outros, passa-se do primeiro ao segundo grupo.

Uma observação mais demorada aponta para a existência de membros mais jovens, com pequeno tempo de vivência de rua, apresentando todas as características do segundo grupo. No momento em que se consegue uma aproximação à família, constata-se que muitas vezes alguns dos comportamentos observados na rua (furto, uso de drogas, dificuldade em aceitar regras de convivência social) já ocorriam em casa, numa espécie de antecedente à permanência desta criança na rua.

As tentativas de resgate da identidade e cidadania através de programas de atendimento, governamentais ou não, falharam. Os diversos serviços existentes no município registram passagens periódicas dos membros do segundo grupo, eventuais períodos de estabilidade e, em seguida, retorno para a vida na rua.

Em relação à situação das crianças e jovens que são encontrados nas ruas centrais do município trabalhando, pedindo, perambulando ou exercendo atividades ilegais, preservando ou não o vínculo familiar, o **estudo documental inicial** realizado em três serviços identificados por prestarem algum tipo de atendimento a meninos e meninas de rua, pode favorecer o conhecimento de algumas características gerais (Anexo 3).

Em primeiro lugar, confirmou-se tendência apontada por estudos realizados em outros municípios: o número de meninos encontrados em situação de rua é maior que o de meninas. Os dados obtidos nos dois serviços que contemplam especificamente a situação vivência de rua mostram que 76.3% dos contatos realizados correspondem a crianças e adolescentes do sexo masculino.

Em relação à idade, constatou-se que a maior incidência se dá entre 12 e 17 anos. As figuras 1 e 2 contêm a distribuição proporcional quanto a sexo na faixa etária de maior incidência na rua, nos dois programas que realizam abordagem direta nos locais de permanência das crianças e jovens.

Outra informação importante refere-se à procedência das crianças, e adolescentes que perambulam e/ou moram nas ruas. Contrariando a idéia amplamente divulgada de que o aumento deste contingente deve-se ao fato de Ribeirão Preto ser foco de migração, 70% dos atendimentos dos dois serviços que realizam abordagens na rua corresponde à população domiciliada no município (Figuras 3 e 4).

Sobre escolaridade, obteve-se que 62% dos atendimentos dos três serviços corresponde à evasão, evidenciando assim o papel que a escola pública desempenha na ida e permanência de crianças nas ruas: incapaz de manter grandes contingentes de crianças e adolescentes pobres, os expulsa.

Os problemas de conduta são registrados pelos serviços como motivo de encontrar-se na rua para 55.1% dos casos atendidos pela Pastoral do Menor, 20.9% dos casos do Centro de Referência e 7.8% dos casos do Programa Criança de Rua (PCR). Os comportamentos da criança que aparecem como "problemas de conduta" na documentação pesquisada referem-se à agressividade, dificuldade em aceitar limites e regras, fugas do lar e exercício de atividades ilegais (furto, uso de drogas). Tais comportamentos da criança levam a família a não assumí-la como membro (Figuras 6 e 7).

Ainda sobre o motivo de encontrar-se na rua, a necessidade de obter renda representa 70.1% das abordagens do PCR. É importante considerar que os dados foram obtidos através de contatos com o próprio indivíduo e que, de certa forma, tornou-se convenção invocar a necessidade de renda como estratégia para

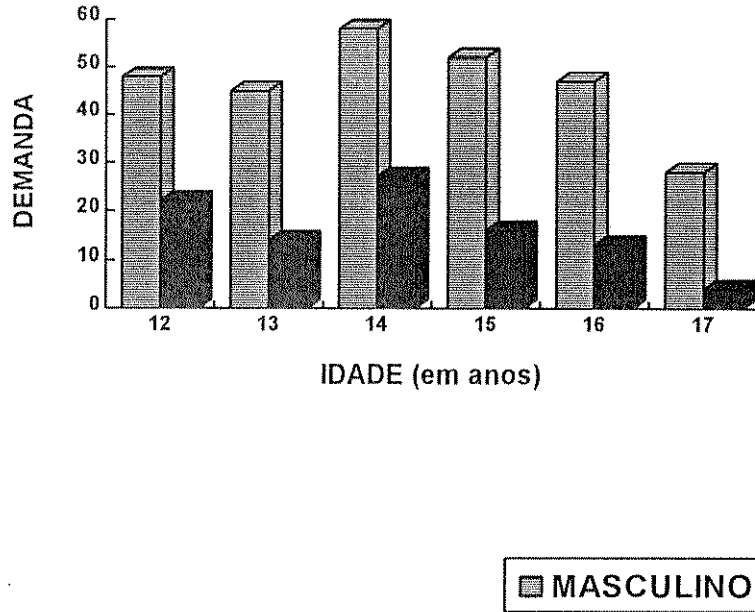


FIGURA 1 -
População atendida de acordo com sexo na faixa etária de 12 a 17 anos
Programa Criança de Rua

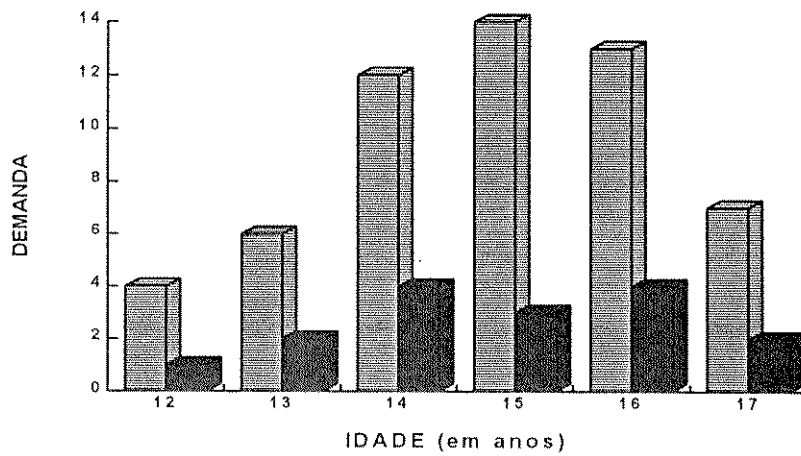


FIGURA 2
População atendida de acordo com sexo na faixa etária de 12 a 17 anos
Pastoral do Menor

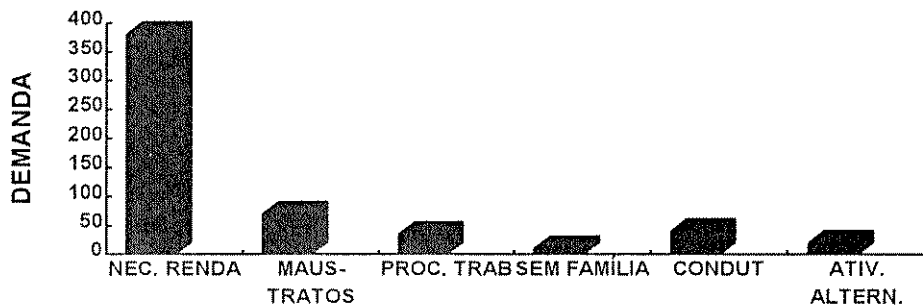


FIGURA 5 -
"Motivo de encontrar-se na rua" : Programa Criança de Rua

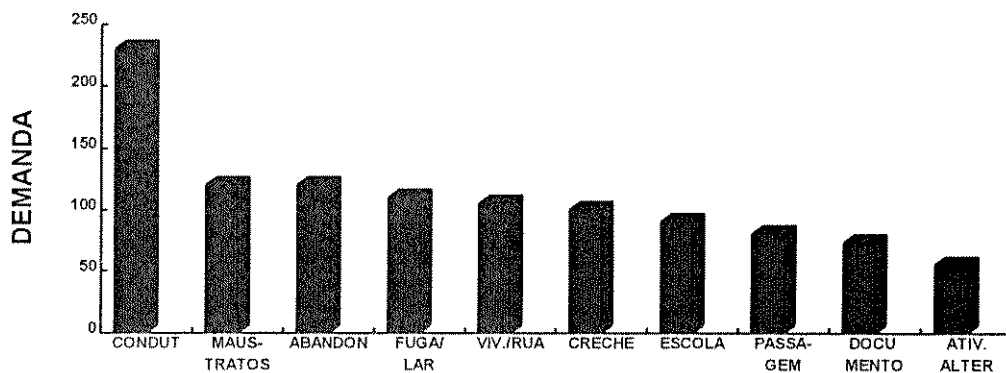


FIGURA 6
Motivo de procurar o serviço: Centro de Referência

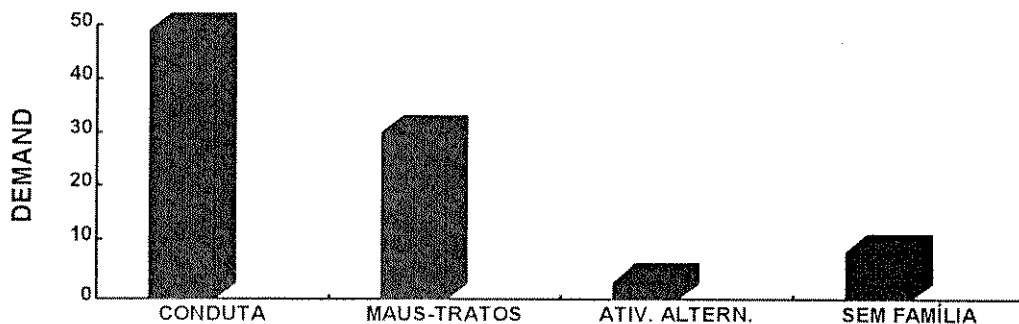


FIGURA 7
"Motivo de encontrar-se na rua": Pastoral do Menor

camuflar e justificar algumas atividades desenvolvidas. Este motivo não consta das informações contidas nos documentos da Pastoral do Menor.

Os resultados obtidos pelo cruzamento das informações do Centro de Referência e do PCR auxiliam na composição de um contexto que, à primeira vista, não difere da compreensão que o senso comum tem da situação. Esta compreensão leva à análise da questão sob o ângulo sócio-econômico: a pobreza familiar, que leva à necessidade de obter renda é o principal motivo de estar na rua. Os meninos e meninas que estão na rua provêm de famílias desestruturadas, da periferia, de baixa renda. As crianças não mantêm a frequência escolar e desenvolvem na rua atividades de alguma forma voltadas à geração de renda.

Adicionando-se as informações contidas nos arquivos da Pastoral, pode-se arriscar considerar o fenômeno sob um outro ângulo de observação. Os determinantes sociais são inegáveis e estão presentes em todos os momentos da observação. Observando-se o problema mais de perto constata-se que entre as muitas crianças abordadas existem, sim, aquelas que vêm para as ruas em busca de alternativas de sobrevivência para si e para suas famílias. Elas retornam para casa periodicamente levando a renda obtida, e apesar de todas as dificuldades estruturais, respondem de uma forma ou outra, aos encaminhamentos propostos. Entre este contingente de crianças das classes populares que estão pelas ruas de Ribeirão Preto existe um grupo que tem se mantido resistente a qualquer proposta de atendimento. Os membros deste grupo realizam atividades de geração de renda muito peculiares, sobrevivem da-na rua e apresentam ruptura do vínculo familiar. Drogadição, exercício de atividades ilegais, atitudes anti-sociais e agressivas são alguns dos componentes de seu comportamento.

Nas ruas esses dois grupos misturam-se.

Aos olhos do cidadão que passa pela Praça XV, na área central do município, são todos iguais: "meninos-de-rua".

O aumento do número de crianças e jovens sujos, pedindo esmolas ou furtando, nas áreas comerciais e de lazer, nas avenidas principais, nos semáforos, durante o dia ou à noite, vem chocando a população da "Califórnia Brasileira".

Este "problema social" tão grave aflige o município há pelo menos vinte anos (desde 1970 existem programas e projetos implantados para atingí-lo). Agrava-se com o crescimento da cidade, o aumento da população, o agravamento da crise econômica. Aborda-se o problema sempre da mesma forma: ora como caso de polícia, ora como problema social, entendendo-se social como algo isolado, privilegiando-se a assistência às questões sócio-econômicas.

No dia 30 de julho de 1993 o Caderno Regional da Folha de São Paulo trazia como matéria de capa a informação da ocorrência de quatro arrastões praticados pelos "meninos-de-rua" em seis dias. Nesta mesma edição o jornal trazia mais duas reportagens sobre o assunto. Notícias sobre os meninos e meninas tornaram-se rotineiras durante todo o ano de 1993.

Consequência da crise, problema social.

Todos os programas instituídos no município para atender a esta situação, governamentais ou não, abordam o problema exclusivamente do ponto de partida sócio-econômico.

Neste contexto, identificar que em nenhum momento o atendimento aos diferentes grupos de crianças e adolescentes que co-existem nas ruas foi diferenciado e que a realidade vivida por alguns sujeitos tem-se mantido e até agravado, chama a atenção à evidente importância de conhecê-los melhor sob outros aspectos e à partir desse conhecimento apontar possíveis novas direções de atendimento.

3. CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA A COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA DOS "MENINOS-DE-RUA"

Expandir o conceito de desenvolvimento humano constitui uma das preocupações da perspectiva do curso de vida, assumida como fundamento deste trabalho.

Nessa perspectiva, desenvolvimento é entendido como qualquer mudança na capacidade adaptativa do organismo, não importando se considerada como positiva ou negativa, ganho ou perda. Assume-se uma posição multi-causal, considerando-se muitos possíveis determinantes para o desenvolvimento, as diferenças individuais e a presença de uma plasticidade determinada por eventos de natureza ontogenética e sócio-cultural.

Além disso, o desenvolvimento é compreendido como um processo multidirecional, que ocorre durante todo o curso de vida, contextualizado por fatores biológicos, psicológicos, sócio-culturais e históricos, que determinam as transformações, num processo de equilíbrio constante entre ganhos e perdas. Portanto, nesse enfoque o desenvolvimento não é visto simplesmente como um movimento rumo à maior eficácia e aos padrões adultos, como assumido pelos modelos tradicionais.

De acordo com Baltes (1983, 1987), três tipos de influência interagem para produzir processos de mudança e determinar o desenvolvimento humano: a) influências normativas graduadas por idade ou ontogenéticas; b) influências normativas historicamente graduadas, e c) influências não-normativas.

As influências normativas relacionadas à idade dizem respeito aos determinantes biológicos e ambientais, e apresentam alta correlação com a idade cronológica. Maturação e socialização são exemplos destas influências, tradicionalmente consideradas pela Psicologia do Desenvolvimento.

Especificamente para o período que interessa a este estudo, a adolescência, tais determinantes incluem mudanças físicas (tais como o aparecimento das características sexuais secundárias em consequência da maturação dos órgãos sexuais primários); cognitivas (tais como o desenvolvimento do pensamento abstrato), e sociais (como o aparecimento de novas demandas de papéis e de relacionamento).

As influências normativas historicamente graduadas dizem respeito a eventos do contexto histórico-social, os quais, em interação com os eventos graduados por idade, podem produzir resultados peculiares a todo um grupo etário ou geração.

Como exemplo, pode-se citar a guerra, que gera privações de toda sorte, estresse elevado, insegurança e ansiedade, os quais em conjunto, têm o poder de mudar valores, atitudes, expectativas e oportunidades para o desenvolvimento físico e intelectual, entre outros fenômenos. Quando comparado com outro grupo que não experienciou o evento e suas consequências, o grupo que o vivenciou pode apresentar um perfil diferente.

Para as crianças de rua que vivem no Brasil e em todo o mundo, a pobreza severa e o elenco de privações dela decorrente pode ser considerado um evento normativo, que as diferencia enquanto grupo, de outras crianças que não são de risco.

As influências não-normativas referem-se a eventos biológicos e ambientais, que não ocorrem para todos os indivíduos de um grupo etário, não apresentam uma ordem ou padrão, mas que geram efeitos significativos sobre as histórias de vida individuais. Migração, perdas afetivas, separação ou morte dos pais, experiências de negligência e abandono e doença séria são exemplos de eventos não-normativos. Este conceito é particularmente importante para este trabalho uma vez que é possível assumir que os "meninos-de-rua" tendem a experienciar mais eventos não-normativos do que jovens que vivem com suas famílias. Mesmo considerando-se a normatividade histórico-social da vivência da pobreza e desorganização familiar por parte desse grupo, não se pode perder de vista o potencial de risco desses eventos sobre o desenvolvimento de todos os indivíduos dessa população.

Na verdade, a diferenciação entre experiências normativas e não-normativas gera uma série de questões complexas. Em primeiro lugar, o que significa normativo? É o que ocorre para a maioria das pessoas de um grupo etário? Isto é, uma experiência estatisticamente modal? Ou é o socialmente desejado? Quando esses dois significados coincidem, a distinção entre normativo e não-normativo não é problemática (Seltzer e Ryff, 1994). Entretanto, quando isso não ocorre, a compreensão de uma experiência como normativa ou não-normativa depende do referencial e trabalhar com esses conceitos torna-se uma tarefa complexa. Por exemplo, para o grupo de "meninos-de-rua" eventos como morar na rua, não ir à escola e não morar com a família, podem ser entendidos como normativos, uma vez que ocorrem para a maioria dos indivíduos do grupo. Porém, quando se pensa no que é socialmente desejável, tais eventos podem ser definidos como não-normativos.

A compreensão de como esses eventos, que de acordo com esse raciocínio podem ser definidos como não normativos, interagem com o desenvolvimento e de como sua ocorrência interfere na opção pela vida de rua é importante para a definição do perfil psicológico do grupo de sujeitos em estudo neste trabalho.

Além disso, a identificação das consequências que podem advir da vivência de eventos dessa natureza, especificamente para o grupo etário mais frequente entre os meninos-de-rua (12-18 anos), assume importância para a caracterização dos sujeitos.

Neste sentido, serão discutidos a seguir algumas questões referentes à adolescência, aos eventos de vida que lhes são peculiares e aos possíveis efeitos da experiência de eventos estressantes sobre o desenvolvimento nessa fase da vida.

Adolescência, Eventos de Vida e Stress. Adolescência é um termo amplo, que se refere à mudanças biológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais que ocorrem no período que marca a transição entre a infância e a vida adulta.

Sociologicamente falando, a adolescência é um período de transição da infância dependente para a auto-suficiência e a independência da vida adulta. Psicologicamente, define uma situação de moratória na qual devem ser feitos ajustamentos no sentido da distinção do comportamento infantil do comportamento do adulto, numa dada sociedade.

É clássica na área da adolescência a preocupação com as diferenças culturais e antropológicas na forma de se considerar esse período da vida humana. Sabe-se, por exemplo, que em algumas culturas a transição da infância para a vida adulta ocorre sem reconhecimento social. Em outras, apenas o processo de maturação sexual, que culmina com a puberdade, é reconhecido: após a puberdade, os jovens adquirem status e privilégios de adultos. Assim, a adolescência mais prolongada, coincidindo com a necessidade de preparação para a vida social adulta, como acontece nas sociedades modernas e mais avançadas tecnologicamente, é entendida como uma invenção social (Muuss, 1968). Neste sentido, é possível compreender que da mesma forma que a classe média, após o Renascimento, tornou possível que um número crescente de crianças se mantivessem afastadas da força de trabalho e fossem educadas, a prosperidade do século XX permitiu que um grande número de jovens se mantivessem sem trabalhar e continuassem seu desenvolvimento psicológico.

A visão tradicional de desenvolvimento como um processo universal e geneticamente determinado influencia fortemente a forma de se entender a adolescência. Hall, considerado o Pai da Psicologia da Adolescência, foi quem primeiro mencionou a adolescência como um período de "tempestade e tormenta", visão que vem sendo reproduzida desde então, tanto pelo senso comum quanto pela literatura profissional, a despeito de formulações teóricas em contrário, advindas não só da Antropologia, mas também da Psicanálise.

As crenças difundidas colocam o adolescente como alguém engajado numa luta para emancipar-se dos pais, rebelde contra seus valores, opiniões, ordens e restrições, que se comporta de forma peculiar quanto ao vestir e ao falar e que é identificado aos valores e crenças de seu grupo social. Estaria exposto a conflitos e pressões e portanto seria ambivalente, briguento, imprevisível e irresponsável. Além disso, encontrar-se-ia num estágio transitório no qual não é mais criança, mas também não adquiriu o status de adulto e por isso estaria confuso sobre sua identidade.

Muitas fontes colaboram para a manutenção do mito da "tempestade e tormenta", dentre as quais se destacam os meios de comunicação de massa, que reforçam repetidamente essa imagem. Se uma sociedade trata seus adolescentes como rebeldes, imprevisíveis e sentimentais, estas expectativas culturais podem levá-lo a desempenhar esse papel.

Além do papel dos meios de comunicação deve-se considerar a influência das generalizações que são feitas à partir de comportamentos de grupos de adolescentes desviantes, sobre a noção social da adolescência.

Mais recentemente tem sido comum a consideração da adolescência como um período peculiar, sujeito a várias fontes de stress, decorrentes de influências normativas desta fase, como é relatado na literatura gerada a partir da perspectiva do curso de vida (Swearingen e Cohen, 1985; Windle, 1992; Larson e Ham, 1993).

Nessa perspectiva, a adolescência é descrita como um período que envolve o confronto com uma série de mudanças biológicas que colocam o indivíduo

frente a novas expectativas sociais e de comportamento. Tais eventos, considerados normativos para este período, podem representar fontes de stress para alguns, mas não para todos os adolescentes, como apontaram as pesquisas de Hill e Holbeck (1986) e de Montemayor (1986), apud Larson e Ham (1993).

Lazarus e Folkman (1984) definiram stress psicológico como "uma relação particular entre o indivíduo e o ambiente que é avaliada pelo indivíduo como sobrecarga excessiva aos seus recursos, ameaçando seu bem estar" (pag. 19).

De acordo com essa definição, o stress pode resultar tanto de eventos discretos (pontuais) de maior ou menor importância, quanto de aspectos crônicos da relação indivíduo / ambiente.

O início da adolescência tradicionalmente é visto como período altamente estressante especialmente por causa das experiências reguladas pela idade, como a puberdade. É um período no qual se experimentam muitas mudanças ao mesmo tempo. Essa convergência de eventos tanto normativos quanto não-normativos pode ser a causa do aumento da angústia e do stress. (Petersen e Taylor, 1980; Simons, Burgeson, Carlton, Ford e Blyth, 1987, apud Larson e Ham, 1993) Além disso, aos eventos normativos esperados, junta-se um aumento de eventos não-normativos, tendência que se mostrou mais forte para os eventos negativos (Brooks-Gun Warren, 1989; Pettersen, Kennedy e Sullivan, 1991, apud Larson e Ham, 1993; Compas e Phares, 1991).

Larson e Ham (1993) citam estudos que confirmam a hipótese de que o início da adolescência é um período em que ocorrem um maior número de eventos, tanto normativos quanto não-normativos. Esse período é apontado como um período de grande vulnerabilidade: a convergência de acontecimentos e mudanças em todos os domínios tornam o adolescente mais sensível a quaisquer eventos.

O aumento (considerado normativo) de eventos não-normativos, não deve ser atribuído apenas às relações com o ambiente, mas também às mudanças no desenvolvimento, que proporcionam a possibilidade de construções subjetivas desse ambiente (Larson e Ham, 1993).

Os resultados dos estudos realizados sob a perspectiva do curso de vida, citados neste trabalho, permitem concluir que mesmo para o adolescente considerado normal existe a possibilidade de vivenciar um grande número de eventos não-normativos. Tais eventos podem gerar perturbações mais ou menos importantes dependendo da capacidade adaptativa do adolescente, de sua história anterior e de suas experiências atuais.

No caso específico dos sujeitos em questão, aos eventos considerados normativos para esse período associam-se frequentemente outros eventos potencialmente estressantes: perda ou prisão dos pais, abandono e institucionalização, separação dos irmãos, vitimização e maus-tratos, quer começando a ocorrer na adolescência, quer originados anteriormente, mas que continuam a afetar o indivíduo. Tais situações agravam-se pelos efeitos da pobreza, que em si pode ser entendida como fonte permanente de stress.

Situações crônicas e estresses diários associados à pobreza tem se mostrado fortemente associados a uma vasta gama de desordens que incluem problemas psicológicos e emocionais, desempenho acadêmico pobre e uso de drogas (Compas, Howell, Phares, Willian e Giunta, 1989; Dubow e Tisak. 1989; Rowilson e Felner, 1988; Wills, 1986, citados por DuBois et al, 1992).

Em seu estudo sobre stress, suporte social e adaptação no início da adolescência DuBois et al (1992) focalizaram o papel de eventos estressores entre jovens provenientes de comunidades com desvantagens econômicas, culturais e sociais. De acordo com os resultados obtidos, entendeu-se que os jovens das comunidades menos favorecidas são mais vulneráveis aos efeitos do stress, uma vez que não têm a menor chance para o desenvolvimento de competências, habilidades de enfrentamento e mecanismos de auto-regulação que lhes permita uma adaptação mais eficaz.

Stress, Mal-Ajustamento e Problemas de Conduta. Ao discutir a identificação de fatores que predizem o aumento da probabilidade de aparecimento de problemas emocionais e de conduta em crianças e adolescentes Compas e Phares (1991) citam dados de pesquisas que apontam para a possibilidade de existência de associação entre eventos estressantes e desordens psicológicas: "eventos estressantes e mal ajustamento podem estar relacionados cada qual contribuindo para a etiologia e manutenção do outro. Eventos estressantes durante a infância e adolescência podem acionar um processo no qual stress e problemas emocionais / comportamentais alimentam-se mutuamente, num ciclo" (pag.111).

Ainda que se considere que inúmeros fatores biológicos e sociais possam interferir no ajustamento de crianças e adolescentes, pesquisas indicando associação consistente entre a ocorrência de eventos estressantes e desordem psicológica em adultos, sugerem que o stress pode ser um importante constructo a ser investigado em populações mais jovens. Parece igualmente relevante investigar se experiências estressoras ocorridas na infância e início da adolescência podem contribuir para o aparecimento de problemas emocionais e de conduta.

Compas e Phares (1991) chamam a atenção para a existência de possíveis diferenças individuais na resposta ao stress. Neste sentido fazem uma distinção entre os conceitos de risco e vulnerabilidade.

Masten e Garmezy (1985), apud Compas e Phares (1991), sugerem que a presença de fatores de risco determina alta probabilidade para o desenvolvimento de desordens comportamentais, ou seja, entende-se como de risco os fatores que estejam estatisticamente associados com alta incidência da desordem. Como exemplo de fator de risco pode-se citar a pobreza. De acordo com estudos já referidos neste trabalho, contextos que envolvem desvantagens econômicas, culturais, sociais e privações estão relacionados estatisticamente à ocorrência de problemas comportamentais. Desta forma, risco é entendido como algo do contexto, que expõe todo o grupo que está sob determinadas condições e, portanto, refere-se a grupos ou populações.

Por outro lado, vulnerabilidade refere-se a uma predisposição individual, ou seja, existem fatores que predispõem o indivíduo a desenvolver desordens quando estes indivíduos são expostos a fatores de risco.

Desta forma é possível entender o stress ou a exposição a situações geradoras de stress como fator de risco para o aparecimento de problemas emocionais e comportamentais, não significando, contudo, que todos os indivíduos expostos a um mesmo fator de risco venham a desenvolver desordens comportamentais. A identificação de diferenças individuais na resposta ao stress pode ajudar a esclarecer como e porque eventos estressantes levam ao aparecimento de sintomas e desordens. As fontes de vulnerabilidade podem estar no indivíduo ou no ambiente e a compreensão dos aspectos ligados a este conceito levam a um outro: o

de resistência ao stress. Compas e Phares (1991) citam estudos sobre fontes de vulnerabilidade ao stress tais como: efeitos da pobreza (Rutter e Madge, 1976); psicopatologia dos pais (Beardslee, Bemporad, Keller e Klerman, 1983; Cytryn, Mc Knew, Zahn, Waxler e Gershon, 1986); abuso e maus-tratos no ambiente familiar (Egeland, Breitenbucher e Rosenberg, 1980); temperamento da criança (Chess e Thomas, 1984) e predisposição biológica a uma desordem em particular (Gottesman, 1984).

Dados obtidos por pesquisas realizadas nesta área têm reafirmado o início da adolescência como um período crítico para a ocorrência de eventos estressantes. Compas (1987) e Johnson (1986), apud Windle (1992), encontraram uma frequência significativa desses eventos para o período em questão. Larson e Ham (1993) citam estudos de delineamento longitudinal que mostram claramente que jovens que encontram múltiplos e simultâneos eventos no início da adolescência apresentam maior probabilidade de desenvolver distúrbios emocionais e comportamentais. Youngs, Rathge, Mullis e Mullis (1990) concluíram que o grande número de mudanças vivenciadas na vida pessoal aumenta a sensibilidade do adolescente a situações estressantes e que o stress nesse período pode levar a muitas consequências negativas, como ao comportamento delinquente, por exemplo. Kurtz, Kurtz e Jarvis (1991) apontam a adolescência como período crítico para o aumento do stress familiar e para o aumento da incidência de maus tratos, fator que frequentemente associa-se à delinquência e a problemas psicológicos.

Outros autores, preocupados com a ocorrência de problemas de conduta na adolescência buscaram estudar a relação entre delinquência e a prática de atividades ilegais com psicopatologia, ajustamento social e desordens afetivas.

Nestes estudos aparecem como fatores associados ou que podem contribuir para o aparecimento de problemas de conduta: idade, gênero, nível educacional dos pais (Armistead, Wierson, Forehand e Frame, 1992); problemas de desenvolvimento, problemas com o desempenho social e acadêmico, drogadição (Huthhinson, Tess, Gleckman e Spence, 1992); desempenho acadêmico, influência e dinâmica familiar (Ashford e LeCroy, 1990); idade, gênero, status sócio-econômico, drogadição (Watts e Wight, 1990); estrutura familiar, auto-estima e depressão (Ralph e Morgan, 1991).

Os aspectos referentes à família também são citados como possíveis fontes de vulnerabilidade ao stress e relacionados ao aparecimento de desordens. Hamem, Adrian, Gordon, Burge, Jaenicke e Hiroto (1987); Holahan e Moos (1987) e Cohen, Burt e Bjork (1987) encontraram relação entre stress e sintomas psicopatológicos dos pais e problemas de comportamento e ajustamento de seus filhos (apud Compas e Phares, 1991).

Outro aspecto que parece merecer atenção é a forma como gênero e idade se relacionam com os problemas de conduta. Wagner e Compas (1991) encontraram diferenças significativas quanto à natureza e à percepção dos eventos estressantes de acordo com gênero e idade (apud Compas e Phares, 1991). Capaldi e Patterson (1991) citam estudos que demonstram através de dados clínicos e empíricos que meninos apresentaram maior incidência de problemas acadêmicos, mal ajustamento e agressividade do que meninas, após um período de separação dos pais.

À despeito de todos os estudos com adultos que demonstram a existência de importante associação entre eventos de vida estressantes, mal

ajustamento e sintomas psicológicos (desordens e problemas emocionais e de conduta), as evidências não são tão fortes quando se trata de crianças e adolescentes.

Algumas das limitações dizem respeito às questões metodológicas. A ênfase da pesquisa nesta área reside no estabelecimento de ligação entre um possível fator de risco e o aparecimento subsequente de desordens ou sintomas. Neste sentido, cuidados importantes devem ser tomados na definição do delineamento.

Outra questão metodológica refere-se ao problema de confundir medidas. Masten, Neemann e Andenas (1994) em seu estudo sobre a influência de três características objetivamente definidas de eventos de vida na compreensão da relação entre experiências estressoras e ajustamento na adolescência, enfatizam a especial importância que a confusão de medidas assume para os estudiosos do desenvolvimento do adolescente. Similarmente ao que se tem encontrado e contestado na literatura sobre vida adulta, frequentemente itens considerados como "eventos de vida" podem ser entendidos como "sintomas de desordens". Esta confusão é frequente principalmente com respeito a eventos de vida que dependem do comportamento do adolescente: eventos que podem ser vistos como indicadores do ajustamento ("reprovação escolar"); eventos que podem ser consequência de problemas de ajustamento ("comportamento anti-social"); e eventos produzidos pelo comportamento do adolescente ("agressividade" levando a "fracasso escolar"). Isso leva a outra questão metodológica referente à importância da definição objetiva da natureza do evento: se dependente ou independente do comportamento do sujeito, se contínuo ou discreto, se desejável ou indesejável (avaliado como positivo ou negativo pelo sujeito). Os autores entendem que estas questões não têm sido abordadas adequadamente em estudos com crianças e adolescentes e que isto tem dificultado o estabelecimento de associações consistentes.

Investigações sobre eventos de vida estressantes têm enfatizado o papel de eventos de vida pontuais e de grande impacto (migração, separação parental) mais que de eventos menores e contínuos (estressores diários).

Gersten et al (1977) examinaram a associação entre os relatos de mães sobre macro-eventos (eventos pontuais e de grande impacto) em suas crianças e sobre seus problemas de comportamento ao longo de cinco anos. Os resultados demonstraram que os eventos de vida não explicam qualquer variação no comportamento das crianças (apud Compas e Phares, 1991). Swearingen e Cohen (1985) também não encontraram associação entre o auto-relato inicial de adolescentes sobre macro-eventos e auto-relato de ansiedade e depressão cinco meses depois. Por outro lado, Cohen (1987), apud Dubow et al (1991), encontrou que auto-relatos de eventos indesejáveis contribuíram para uma pequena (5%) mais significativa variância em depressão e ansiedade. Dubois (1992) encontrou que a frequência de macro-eventos independentes predisseram um aumento em problemas psicológicos dois anos após sua ocorrência. Goodyer (1985, 1990) comparando um grupo de crianças e adolescentes com problemas psiquiátricos e um grupo controle, encontrou um número maior de eventos ameaçadores entre os sujeitos do primeiro grupo (apud Masten, Neeman e Andenas, 1994). É importante considerar que a maior parte dos estudos tem delineamento de corte transversal e encontraram relações modestas entre eventos de vida e vários tipos de mal ajustamento (Compas e Phares, 1991).

Apesar de todas as dificuldades e restrições metodológicas, as evidências permitem assumir a existência de associação entre eventos de vida estressantes e distúrbios de conduta em crianças e adolescentes.

Particularmente para os sujeitos deste estudo é importante verificar se esses fatores também associam-se à opção pela vida de rua. Com isso espera-se favorecer a realização de diagnósticos mais precisos da situação.

Neste sentido, definiram-se como **objetivos** deste estudo que envolveu um grupo de crianças e adolescentes com vivência de rua, no município de Ribeirão Preto:

- * identificar os eventos de vida que antecederam a opção pela vida de rua;
- * identificar componentes do comportamento dos sujeitos que possam ser definidos como problemas de conduta;
- * buscar relações entre eventos de vida e comportamentos definidos como problemas de conduta.

MÉTODO

1. POPULAÇÃO

A operacionalização do estudo de uma determinada população de crianças e de adolescentes com vivência de rua exigiu, num primeiro momento, a identificação de possíveis fontes de dados, apropriadas ao levantamento e à caracterização destes no município de Ribeirão Preto.

Para tanto foram arroladas as propostas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco no período compreendido entre 1970 a 1992 (Anexo 1).

De acordo com Costa (1992) situação de risco define-se pela exclusão às políticas públicas básicas: educação, saúde, habitação, saneamento e abastecimento. Neste sentido, traduzem-se por risco situações como abandono, maus tratos, negligência, não acesso a serviços adequados de saúde e educação, vivência de rua. Entende-se que a situação vivência de rua, quando configurada, independente de suas causas, reúne a exclusão sistemática a todas essas políticas.

Para realização do levantamento dos serviços consideraram-se todas as possíveis condições que, por já estarem configuradas, constituiriam demanda para um atendimento terciário. Ou seja, ações e iniciativas do Estado e da sociedade civil organizada, instituídas para compensar as lacunas deixadas pelas políticas públicas básicas.

À partir desse levantamento foi possível identificar três serviços que, por sua estrutura, proposta de atendimento e características da população atendida, poderiam permitir o acesso a informações importantes à caracterização desejada por este estudo.

Os referidos serviços foram identificados como fontes adequadas de dados por serem os únicos no município que se dedicavam ao atendimento de meninos e meninas que se encontravam em situação de rua naquele momento.

O Programa Criança de Rua, o Centro de Referência da Criança e do Adolescente e um programa específico desenvolvido pela Pastoral do Menor constituem os serviços identificados.

O **Programa Criança de Rua (PCR)** foi desenvolvido pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES), no período de 1990 a 1993. O PCR constituía-se de duas etapas operacionais:

1ª) **Pedagogia de Rua**: nesta etapa, os educadores de rua realizavam abordagens na própria rua, em pontos previamente identificados como de grande concentração de crianças e jovens. A partir das abordagens operacionalizava-se um estudo inicial da problemática (Anexo 2.1) e efetuavam-se possíveis encaminhamentos.

2ª) **Núcleo Especial do Horto Municipal**: etapa subsequente à Pedagogia de Rua, o Núcleo do Horto constituía-se num equipamento social com o objetivo de

receber aquelas crianças e jovens que, à partir das abordagens dos educadores de rua, aceitassem o encaminhamento para um atendimento mais estruturado. Tal encaminhamento vinculava-se ao ingresso ou retorno para casa.

À partir de julho de 1993 o PCR sofreu uma reestruturação, transformando-se no Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco e novas etapas operacionais foram criadas. Porém, a Pedagogia de Rua, etapa que poderia conter as informações mais relevantes aos objetivos deste estudo, foi mantida com suas características essenciais.

O contato sistemático dos educadores com os meninos e meninas na própria rua deu origem a uma série de informações importantes à caracterização desta população.

O **Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA)** foi implantado em 1992 pela SEBES, com o objetivo de centralizar a demanda de crianças e jovens em situação de risco no município. Tem a proposta de atender, à nível de triagem e de identificação da problemática, a todas situações referentes a abandono, maus-tratos, exclusão à escola, creches e serviços de saúde, negligência, exploração, vivência de rua. À nível de atendimento propriamente dito são excluídos os casos que envolvem vivência de rua e prática de ato infracional.

Para operacionalizar o atendimento à faixa etária de 0 a 18 anos incompletos o CRCA desenvolve inúmeros sub-programas e projetos em parceria com a Vara da Infância e com o Ministério Público. Tais projetos incluem abrigo provisório, atendimento sócio-pedagógico, acompanhamento terapêutico, grupo de apoio a pais e familiares e atendimento à denúncias.

O sub-programa desenvolvido pelo CRCA que interessa particularmente a este trabalho é o Centro de Atendimento Básico (CAB). É a porta de entrada para o serviço e constitui-se num banco de dados onde são registrados todos os casos que chegam ao serviço e posteriormente são estudados e encaminhados (Anexo 2.2).

A **Pastoral do Menor** realiza desde 1990 um trabalho definido por sua coordenação como "trabalho de rua" e que tem características muito parecidas àquelas do trabalho realizado pelos educadores do PCR. O trabalho de rua é operacionalizado por voluntários, na própria rua e em locais invadidos pelos meninos/as (Anexo 2.3).

O objetivo deste trabalho é discutir com as crianças e adolescentes com vivência de rua questões referentes a sua realidade e às possibilidades de transformá-la, além de atender a situações emergenciais, como proteção especial e garantia dos direitos previstos em lei.

Os três serviços identificados anteriormente têm em comum o objetivo de atender à crianças e a adolescentes em situação de risco pessoal e social. Entretanto diferem entre si quanto ao grau de especialização com que tratam a situação vivência de rua. Assim, o Centro de Atendimento Básico do Centro de Referência atende aos casos de "meninos e meninas-de-rua" apenas quanto ao registro, estudo de caso e encaminhamento. O PCR, através de seus plantões diurnos na própria rua e de um contato direto com os meninos e meninas, realiza um atendimento mais especializado. Tal especialização é garantida pelas abordagens de rua, que conduzem ao grupo com vivência de rua, mas não exclusivamente a esse. Desta forma, o PCR contém em seus arquivos informações específicas à respeito da população que interessa a este estudo, mas não tão específicas quanto aquelas definidas pelo trabalho realizado pelos

educadores da Pastoral do Menor. A diferença básica entre os dois consiste no fato de que os educadores do PCR abordam todas as crianças que encontram nas ruas. A Pastoral presta atendimento preferencialmente ao grupo que vive na rua.

Após a identificação dos serviços a serem utilizados como fonte primária de dados realizou-se um levantamento das informações contidas nos arquivos a fim de se obter um quadro geral da situação desta população no município.

Este estudo inicial tornou-se necessário devido ao aumento do número de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas em busca de alternativas de sobrevivência para si e para suas famílias, em decorrência do agravamento da crise sócio-econômica. A experiência no atendimento à população de risco tem mostrado que na rua existem situações diversificadas que não caracterizam ou configuram a situação vivência de rua. Em outras palavras: para a finalidade deste estudo interessamos particularmente o grupo "de rua". Acredita-se que esta situação de rua tenha muitas causas, algumas menos evidentes que a situação sócio-econômica. Existe um grupo de crianças e adolescentes que peregrinaram ao longo dos últimos quatro anos pelos serviços com proposta de abordagem social existentes no município. A despeito disso continuam vivendo na rua: novas crianças chegam e saem das ruas e este grupo, que mantém-se relativamente constante em número, permanece com sua situação inalterada. Em consequência, agrava-se seu comprometimento a nível de saúde, drogadição, envolvimento com atividades ilegais e agressividade, comprometendo também as possibilidades de intervenção.

Esta primeira análise documental objetivou identificar, principalmente através do cruzamento dos atendimentos dos três serviços, este grupo específico. Além disso, forneceu dados gerais importantes ao diagnóstico da situação desta população no município: quantos são, por que vão para as ruas, qual a proporção geral de meninos e meninas, de onde procedem, como são suas famílias, frequentam ou não a escola (Anexo 3).

O cruzamento dos atendimentos dos três serviços levou ao grupo de meninos e meninas que, mesmo passando por estes serviços, e também por outros (Promotoria e Vara da Infância e da Juventude, Distritos Policiais, Casa das Mangueiras, Nosso Clubinho) continua vivendo na rua. Este grupo, representando os atendimentos comuns aos três serviços, constitui o foco central de interesse deste estudo.

2. SUJEITOS

O grupo identificado pelo cruzamento dos dois serviços da Prefeitura Municipal e pelo trabalho de rua da Pastoral do Menor era formado até julho de 1993 por 50 crianças e adolescentes, de ambos os sexos com idade entre 7 e 18 anos. Os chamados jovens adultos continuaram compondo o grupo de interesse pois estavam sendo seguidos pelos serviços há muito tempo. Além disso, não parece pertinente para fins deste estudo a aplicação rígida da definição do Estatuto da Criança e do

Adolescente, em seu artigo segundo: "Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos". O fato de atingir a maioridade legal não determina alterações na realidade cotidiana vivida pelos sujeitos: apresentam as mesmas atitudes e necessidades, continuam fazendo parte do mesmo grupo.

Este grupo possui características peculiares e a dinâmica da vida de rua deu origem a situações que dificultam de forma progressiva a obtenção de informações através de abordagens diretas com as crianças e jovens.

Em primeiro lugar, a vivência de rua prolongada acaba por determinar atitudes que praticamente impedem a efetividade de procedimentos como entrevistas, por exemplo. À medida em que aumenta o envolvimento dos meninos e meninas em atividades ilegais (furto, assalto, tráfico e consumo de drogas, prostituição) estes tornam-se menos acessíveis. Junte-se a isso o fato de que o consumo continuado de substâncias como cola de sapateiro, maconha, cocaína e "crack", leva a estados alternados de agitação / sonolência e confusão que dificultam a manutenção de uma conversação inteligível, que o procedimento de entrevista exigiria.

Em segundo lugar, ocorrências como mortes, desaparecimentos e institucionalizações, reduziram o grupo de 50 para 35 (8 mortes, 3 internações em unidades de privação de liberdade por prática de atividades ilegais e 4 desaparecimentos).

As crianças e jovens que compõem o grupo são seguidos pelos serviços descritos há pelo menos dois anos. Estes contém em seus arquivos informações colhidas em momentos em que os sujeitos não apresentavam o grau de comprometimento observado quando se iniciou a segunda etapa deste estudo (dezembro de 1993).

3. PROCEDIMENTO

Considerando-se todas as dificuldades relatadas anteriormente referentes à abordagem direta das crianças e jovens que compõem o grupo de interesse para este trabalho, planejou-se a realização de estudo documental dos prontuários dos sujeitos em cada um dos três serviços. Tal opção propiciou o acesso à dados e informações presentes nos roteiros de abordagem e relatórios, os quais foram anexados aos prontuários no período de 1990 a 1993. Este procedimento permitiu a manutenção da proposta inicial: estudar o grupo identificado pelo cruzamento dos três serviços a despeito das mortes, institucionalizações, desaparecimentos e agravamento da situação dos sujeitos.

Com o objetivo de elaborar um roteiro de leitura procedeu-se um estudo prévio de 15 prontuários, sendo cinco sujeitos, nos três serviços (Anexo 4).

Cada prontuário continha basicamente: o roteiro de abordagem (PCR, Pastoral do Menor), a Ficha de Identificação do Centro de Atendimento Básico do

CRCA, relatórios de contatos com o sujeito, relatórios de entrevistas com os pais e familiares, relatórios de visitas domiciliares e evolução diária dos casos até o momento em que foram acompanhados em cada serviço. Tais registros foram feitos ao longo do atendimento por educadores e técnicos (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e terapeutas ocupacionais) e as informações contidas em cada prontuário foram obtidas do contato direto com os meninos/as e seus familiares em diversas situações.

O estudo prévio de 15 prontuários deu origem a um roteiro de leitura baseado nas principais informações importantes à caracterização do grupo e à relação destas características com elementos, já referidos, da teoria.

O roteiro privilegiou informações de acordo com grupos conforme segue:

- Dados Referentes à Criança/Adolescente: sexo, idade, situação escolar, tempo de vivência de rua no início do atendimento, presença de distúrbios de conduta e identificação de eventos de vida potencialmente estressantes.

- Dados Referentes à Família: tipo e tamanho da família, condição sócio-econômica e presença de distúrbios de conduta nos pais.

- Dados Referentes Ao Atendimento: evolução.

O estudo dos 150 prontuários gerou informações correspondentes a cada grupo de dados, que foram posteriormente codificados para análise.

Desta forma, em relação a cada sujeito obteve-se idade, sexo, se frequenta ou não a escola, se é alfabetizado. A respeito de escolaridade foi possível identificar três situações: frequência, não-frequência, evasão. Para o item alfabetização consideraram-se apenas as habilidades básicas exigidas pelos atos de ler, escrever, contar (Quadro 1).

Quadro 1

Informações Obtidas Sobre os Sujeitos: Sexo, Situação Escolar, Alfabetização

CONTEÚDO	CASOS
Idade (em anos)	07 a 18
Sexo	1. Masculino 2. feminino
Situação Escolar	1. Frequenta 2. Não frequenta
Alfabetização	1. Sim 2. Não

Ainda sobre o sujeito, pode-se identificar o tempo de vivência de rua no início do atendimento e a fonte de referência familiar: apesar de estar vivendo na rua, a criança / jovem costuma manter uma referência familiar a qual recorre em situações de perigo (Quadro 2).

Quadro 2

Informações Obtidas Sobre os Sujeitos: Tempo de Vivência de Rua no Início do Atendimento, Fonte de Referência / Apoio Familiar

CONTEÚDO	CASOS
Tempo de Vivência de Rua no Início do Atendimento (em meses)	001 a 144
FONTE DE REFERÊNCIA / APOIO FAMILIAR PARA O SUJEITO	
Pai	1 . Sim 2 . Não
Mãe	1 . Sim 2 . Não
Irmão	1 . Sim 2 . Não
Avós	1 . Sim 2 . Não

Dos itens identificados como problema de conduta categorizados no Quadro 3, cumpre esclarecer que a diferença entre assalto e furto reside na existência ou não de confronto com a vítima. A respeito de uso de drogas e auto-intoxicação é importante considerar que a auto-intoxicação não é comum a todos os usuários de drogas, por este motivo compõem categorias distintas.

Em relação aos eventos de vida potencialmente estressantes é importante observar a impossibilidade de se obter uma avaliação dos sujeitos quanto ao fato desses eventos serem desejáveis (+) ou indesejáveis (-), uma vez que foram identificados indiretamente através dos prontuários.

Entretanto a maioria dos eventos, codificados no Quadro 4, sugerem a atribuição de um peso negativo: morte do pai / mãe, conflitos com companheiros dos pais, conflitos familiares constantes, violência física e psicológica, negligência, rejeição / abandono, privação física severa e exploração.

Quadro 3 - Informações Obtidas Sobre os Sujeitos: Distúrbios de Conduta

DISTÚRBIOS DE CONDUTA	CASOS
Envolvimento em lutas corporais	1. Sim 2. Não
Uso de armas em brigas	1. Sim 2. Não
Crueldade física c/ outras pessoas	1. Sim 2. Não
Destruição deliberada de propriedade alheia	1. Sim 2. Não
Mentiras frequentes	1. Sim 2. Não
Furto	1. Sim 2. Não
Assalto	1. Sim 2. Não
Importunar os outros	1. Sim 2. Não
Incapacidade de manutenção de comportamento consistente em atividade	1. Sim 2. Não
Uso de drogas	1. Sim 2. Não
Transporte de drogas	1. Sim 2. Não
Tráfico de drogas	1. Sim 2. Não
Auto-intoxicação	1. Sim 2. Não
Promiscuidade sexual	1. Sim 2. Não
Dificuldade em planejar o futuro	1. Sim 2. Não
Irritabilidade / Agressividade	1. Sim 2. Não

Quadro 4 - Informações Obtidas Sobre os Sujeitos:

Eventos de Vida Potencialmente Estressantes

CONTEÚDO	CASOS
EVENTOS DE VIDA	
Morte do pai	1. Sim 2. Não
Morte da mãe	1. Sim 2. Não
Separação parental	1. Sim 2. Não
Conflitos com o companheiro(a) do pai (mãe)	1. Sim 2. Não
Conflitos familiares constantes	1. Sim 2. Não
Violência física	1. Sim 2. Não
Violência psicológica	1. Sim 2. Não
Negligência	1. Sim 2. Não
Rejeição / Abandono	1. Sim 2. Não
Privação física severa	1. Sim 2. Não
Exploração	1. Sim 2. Não
Dificuldade adaptação escola	1. Sim 2. Não
Evasão escolar	1. Sim 2. Não
Prisão	1. Sim 2. Não
Internação por drogadição	1. Sim 2. Não
Fuga do lar	1. Sim 2. Não
Institucionalização na Infância:	1. Sim 2. Não
Motivada por pobreza da família	1. Sim 2. Não
Motivada por doença na criança	1. Sim 2. Não
Motivada por quimiodependência da criança	1. Sim 2. Não
Motivada por ato infracional da criança	1. Sim 2. Não

Justamente pela impossibilidade de se obter o peso que tais eventos assumiriam para cada sujeito é que eles foram categorizados como potencialmente estressantes.

No grupo de dados referentes à família, obtiveram-se informações sobre o tipo e o tamanho da família. Por família intacta ou nuclear entende-se aquela constituída por pai, mãe e filhos. A família ampliada e/ou desagregada forma-se quando o grupo familiar original é alterado pela presença de agregados (parentes), quando membros originais são substituídos (novos companheiros do pai ou da mãe) e/ou quando estão ausentes um ou mais membros.

As categorias identificadas referentes ao tipo de família e à condição sócio-econômica da família de origem estão no Quadro 5.

**Quadro 5 - Informações Obtidas Sobre a Família: Tipo de família,
Condição Sócio-Econômica da Família de Origem**

CONTEÚDO	CASOS
TIPO DE FAMÍLIA	
Intacta / Nuclear	1 . Sim 2 . Não
Extensa / Desagregada	1 . Sim 2 . Não
CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA FAMÍLIA DE ORIGEM	
Tamanho da família (número de membros)	01 a 15
Renda mensal / chefe de família	1 . Até 1 S. M. 2 . Entre 1 e 2 S. M. 3 . Acima de 2 S. M. 4 . Não tem renda
Existência de vínculo empregatício / chefe de família	1 . Sim 2 . Não
CONDIÇÃO DE MORADIA	
Casa própria	1 . Sim 2 . Não
Alvenaria	1 . Sim 2 . Não
Rua	1 . Sim 2 . Não

Sobre a categoria Problemas de Conduta dos Pais identificaram-se alguns itens nos relatórios de entrevistas com os sujeitos, com os próprios pais ou nos relatórios de visitas domiciliares e observações dos educadores e técnicos (Quadro 6).

Quadro 6

Informações Obtidas Sobre a Família: Distúrbios de Conduta Presentes nos Pais

CONTEÚDO	CASOS
DISTÚRBIOS DE CONDUTA NOS PAIS	
Violência / Crueldade com outras pessoas	1 . Sim 2 . Não
Exercício de atividade ilegal (furto, assalto, prostituição, exploração)	1 . Sim 2 . Não
Uso de drogas	1 . Sim 2 . Não
Tráfico de drogas / Drogadição	1 . Sim 2 . Não
Alcoolismo	1 . Sim 2 . Não

Os dados sobre o atendimento estão codificados no Quadro 7.

As informações obtidas foram codificadas em variáveis numéricas, dicotômicas para serem submetidas a procedimentos estatísticos visando possibilitar uma melhor descrição dos dados.

Quadro 7

Informações Obtidas Sobre o Atendimento: Evolução

EVOLUÇÃO	CASOS
Retorno para casa	1 . Sim 2 . Não
Ingresso na escola	1 . Sim 2 . Não
Ingresso no mercado de trabalho	1 . Sim 2 . Não
Morte	1 . Sim 2 . Não
Continua na rua	1 . Sim 2 . Não
Desaparecido	1 . Sim 2 . Não
Prisão	1 . Sim 2 . Não

RESULTADOS

Os resultados serão apresentados numa sequência organizada de acordo com o instrumento utilizado para a coleta de dados. As 66 variáveis serão dispostas em dois grandes blocos: variáveis sociológicas e variáveis psicológicas.

As variáveis sociológicas incluem **idade, sexo, situação escolar, condições sócio-econômicas da família de origem** (tipo de família, renda mensal, existência de vínculo empregatício do chefe da família, tamanho da família, condições de moradia), **fonte de referência/apoio familiar para o sujeito, tempo de vivência de rua no início do atendimento e evolução.**

As variáveis psicológicas incluem a identificação de **distúrbios de conduta** e os tipos, a identificação de **eventos de vida potencialmente estressantes** e de **distúrbios de conduta nos pais.**

Em primeiro lugar, serão descritos os resultados da análise univariada referente à caracterização dos sujeitos quanto aos perfis sociológico e psicológico. Em seguida serão apresentados os resultados da análise multivariada referentes à identificação de relações entre as variáveis de cada bloco e das relações entre os blocos. Finalmente, a análise qualitativa destes dados virá completar a caracterização do grupo estudado.

1. ANÁLISE UNIVARIADA REFERENTE À CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Perfil do Grupo Quanto À Variáveis Sociológicas. As três primeiras variáveis deste bloco são **idade, sexo e situação escolar.** Os dados referentes à **idade** estão na Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização do Grupo Quanto À Idade

Idade (Anos)	Frequência	Porcentagem	Frequência Acumulada	Porcentagem Acumulada
7	2	04%	2	04%
8	2	04%	4	08%
9	2	04%	6	12%
10	3	06%	9	18%
11	5	10%	14	28%
12	2	04%	16	32%
13	11	22%	27	54%
14	7	14%	34	68%
15	6	12%	40	80%
16	6	12%	46	92%
17	2	04%	48	96%
18	2	04%	50	100%

Como se pode observar, a distribuição das idades é simétrica em torno dos 13 anos, pois a maior incidência é de adolescentes entre 13 e 16 anos. Esta faixa etária soma 60% do grupo. As crianças de 7 a 12 anos correspondem a 32% e os jovens adultos a 8%.

Em relação a **sexo** constatou-se existir três vezes mais meninos do que meninas neste grupo: 76% dos membros são do sexo masculino.

Noventa e oito por cento dos meninos e meninas do grupo estão fora da rede regular de ensino. Destes, 88% são evadidos e 10% não chegaram a ingressar no sistema educacional. Apesar desta constatação, 82% do grupo considera-se alfabetizado, ou seja, diz saber ler, escrever e contar.

A **condição sócio-econômica da família de origem** é definida por um grupo de cinco variáveis: tipo e tamanho da família, renda, existência de vínculo empregatício do chefe e condições de moradia.

Quanto ao **tipo de família** apenas 12% dos sujeitos são provenientes de famílias intactas ou nucleares (pai, mãe, irmãos), 4% não têm família e os demais (84%) têm sua origem em famílias extensas e/ou desagregadas pela ausência de um ou mais membros originais e pela presença de novos membros ou agregados. Em 76% dos casos de famílias extensas / desagregadas é a figura paterna que está ausente, 28% por morte e 82% por separação parental.

A Tabela 2 contém as informações sobre o **tamanho da família**. Observa-se que 50% das famílias tem 5 membros ou menos e que 84% dos sujeitos pesquisados são provenientes de famílias numerosas com cinco ou mais membros.

Tabela 2 - Caracterização do Grupo Quanto ao Tamanho da Família

Tamanho da Família	Frequência	Porcentagem	Frequência Acumulada	Porcentagem Acumulada
1	2	04%	2	04%
2	2	04%	4	08%
3	1	02%	5	10%
4	3	06%	8	16%
5	17	34%	25	50%
6	1	02%	26	52%
7	12	24%	38	76%
8	3	06%	41	82%
9	1	02%	42	84%
10	2	04%	44	88%
11	4	08%	48	96%
12	2	04%	50	100%

Dos 50 indivíduos do grupo, 50% pertencem a famílias cujo chefe possui **vínculo empregatício**.

Em relação à **renda mensal**, 54% das famílias sobrevivem com menos de 1 salário mínimo (Figura 8).

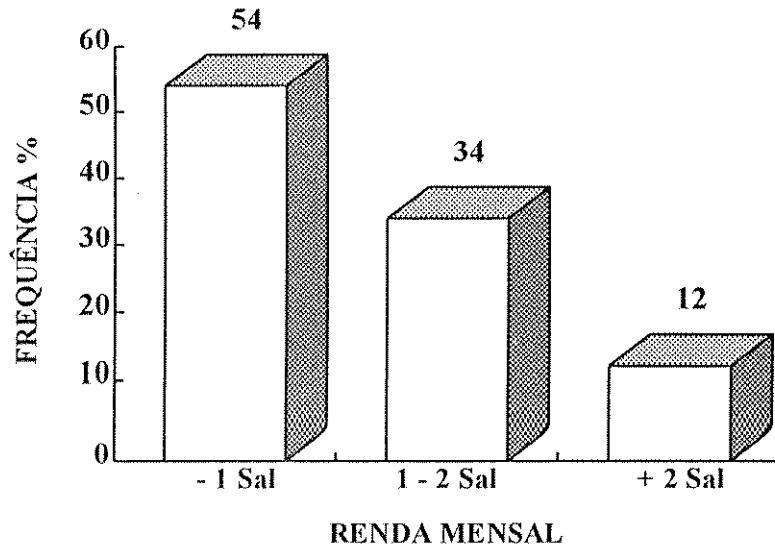


Figura 8 - Distribuição proporcional dos sujeitos de acordo com renda familiar

À respeito de **condição de moradia da família**, obteve-se que apenas 14% das famílias residem em casa própria (são mutuárias da Companhia Habitacional de Ribeirão Preto), 44% residem em casas de alvenaria, 36% em barracos e 6% na rua. Verificou-se, ainda, que 50% das famílias ocupam núcleos de favela.

À seguir, as variáveis **tamanho de família**, **existência de vínculo empregatício** e **renda mensal** foram utilizadas para a definição de um índice de pobreza para a qual o instrumento foi o Teste Exato de Fisher, que testa a hipótese de independência entre as variáveis.

No teste entre **tamanho de família** e **existência de vínculo empregatício** obteve-se um $P.value = 0,034$, ou seja, pode-se rejeitar a hipótese de independência a um nível de 5% de confiança, o mesmo ocorrendo para as variáveis **renda e existência de vínculo**, cujo $P.value = 9,8 \times 10^{-5}$. Assim, constatou-se que estas variáveis estão relacionadas de tal forma que a menção de uma delas é suficiente para indicar a situação econômica. Observa-se que a maior incidência de pais que não possuem vínculo empregatício está na classe de renda inferior a um salário mínimo. Similarmente, 100% das famílias com mais de oito pessoas apresentam renda mensal inferior a 2 salários mínimos.

Quanto à **fonte de referência / apoio familiar para o sujeito**, a grande maioria dos sujeitos pesquisados (72%) apontam a mãe como fonte de referência, 16% apontam o pai e 4% não possuem qualquer referência familiar. É interessante notar que dos sujeitos que aponta a mãe como referência, 8% perderam o pai por morte, 66% perderam o contato com o pai devido à separação parental e 26%, apesar da presença de ambos, referenciam-se à mãe. Dos sujeitos que apontam o pai como

referência, 50% foram afastados da mãe devido à separação parental e os demais convivem com a mãe no mesmo domicílio.

Quanto ao **tempo de vivência de rua no início do atendimento** verificou-se a existência de uma heterogeneidade grande, como se pode observar na Figura 9. A heterogeneidade pode ser detectada também pelas medidas de tendência central: a média foi 21.94, a mediana 10 e a moda 6 meses. Observa-se que 46% dos jovens estão há menos de dez meses na rua, 32% têm entre 10 e 15 meses de vivência de rua e apenas 22% ultrapassam os 15 meses. Quanto aos sujeitos que apresentavam mais de 15 meses de vivência de rua no início do atendimento, dois estavam na rua há 24 meses, dois há 36 meses, um há 48 meses, dois há 72 meses, um há 94 meses, um há 132 meses e um há 144 meses.

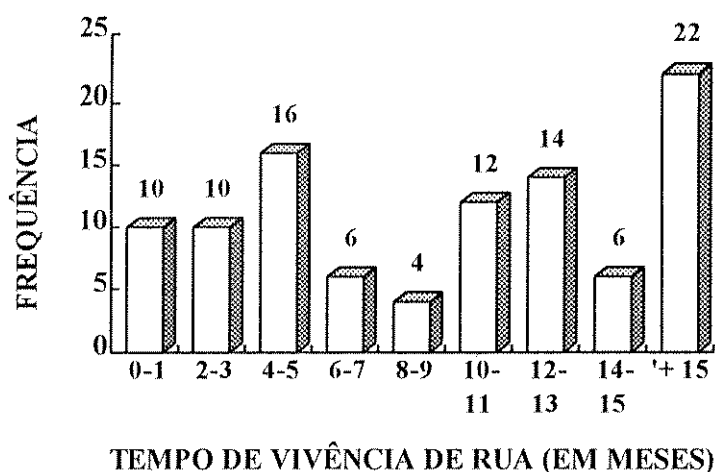


Figura 9 - Distribuição proporcional dos sujeitos de acordo com tempo de vivência de rua

Informações sobre o **tempo de vivência de rua** são importantes quando se observam as últimas variáveis deste bloco que se referem à **evolução**. A identificação de possíveis relações entre elas pode oferecer importantes subsídios à melhor compreensão da situação.

A Tabela 3 contém as possibilidades de evolução dos casos e a frequência com que as mesmas ocorreram.

Tabela 3 - Caracterização do Grupo Quanto à Evolução

Evolução	Frequência	Proporção(%)
Retorno a casa / Ingresso na escola / Trabalho	10	20
Morte	7	14
Continua na rua	27	54
Desaparecido	4	8
Prisão	2	4

Obteve-se que 54% do grupo continua na rua, 20% retornou para casa e 14% morreu. Em relação aos 20% que representam os sujeitos que retornaram para casa é importante considerar que eles estavam em casa no momento específico em que se realizou a investigação: para todo o grupo é comum a identificação de períodos alternados de retorno para casa/permanência na rua. Tal fato deve-se principalmente ao agravamento da situação de saúde ou a ameaças de morte por traficantes. Os sujeitos que ingressaram no mercado de trabalho (seis) e/ou na escola (três) pertencem ao grupo que retornou para casa.

Do total de membros do grupo que continuam na rua, 33% têm até seis meses de vivência de rua, 29% de seis a 12 meses, 11% de 12 à 18 meses, 14,8% de 18 a 36 meses e apenas 11% apresentam mais de 60 meses de vivência de rua.

De forma geral pode-se observar que o perfil sociológico do grupo não difere daquele obtido pelo **estudo documental inicial**, em relação à totalidade das crianças e adolescentes atendidas por estarem em situação de risco.

Do grupo específico que apresenta intensa vivência de rua e fragilização ou ruptura do vínculo familiar, verificou-se que em sua maioria procedem do próprio município e possuem família, não sendo, portanto, abandonados. São preferencialmente adolescentes (13-16 anos) do sexo masculino, numa proporção de três meninos para uma menina.

Do ponto de vista sócio-econômico, estes meninos e meninas provêm de famílias numerosas que sobrevivem nos limites da pobreza e da miserabilidade, grande parte de atividades informais e com renda geralmente inferior a dois salários mínimos. Muitas das famílias tiveram sua constituição original alterada pela ausência dos genitores, presença de novos companheiros dos pais, parentes e filhos de outras uniões.

Os meninos e meninas deste grupo não estão na escola. Estiveram em algum momento mas foram expulsos ou se evadiram. A maioria está na rua há pelo menos 12 meses e é seguida pelos serviços existentes no município.

A despeito do atendimento, mais da metade do grupo continua vivendo na rua, alguns morreram, outros estão desaparecidos ou foram presos. Uma parcela menor voltou para casa e, dentre estes, parte retornou à escola e/ou ingressou no mercado de trabalho.

Perfil do Grupo Quanto À Variáveis Psicológicas. As primeiras variáveis deste bloco referem-se à presença de **Distúrbios de Conduta** no grupo de sujeitos. Foi possível identificar 16 tipos diferentes, de acordo com o critério diagnóstico utilizado.

A Tabela 4 contém os distúrbios de conduta, as frequências e sua proporção em relação ao total.

Tabela 4 - Caracterização do Grupo Quanto à Presença de Distúrbios de Conduta

Distúrbio de Conduta	Frequência (ABS)	Proporção (%)
Envolvimento em lutas corporais	27	54
Uso de armas em brigas	15	30
Crueldade física com outras pessoas	22	44
Destruição deliberada / Propriedade alheia	38	76
Mentiras Frequentes	49	98
Furto	50	100
Assalto	25	50
Importunar os outros	34	64
Incapacidade de manutenção de comportamento	26	52
Uso de drogas	48	96
Transporte de drogas	32	64
Tráfico de drogas	2	4
Auto-intoxicação	27	54
Promiscuidade sexual	24	48
Dificuldade de planejar o futuro	31	62
Irritabilidade / agressividade	26	52

Foi, portanto, encontrado um índice elevado de distúrbios de conduta: cerca de 75% dos distúrbios apresentam índice igual ou superior a 50% nos sujeitos estudados. **Furto, mentiras frequentes e uso de drogas** são os de maior frequência (100, 98 e 96% respectivamente).

Outra informação importante é sobre a quantidade de distúrbios por indivíduo. Como revela a Tabela 5, o mínimo de distúrbios encontrado por sujeito é quatro.

As medidas de tendência central revelam que a média de distúrbios de conduta por indivíduo é igual a 9.58 e a mediana igual a 8.5, ou seja: 50% dos sujeitos apresentam mais do que oito.

Outro grupo de variáveis deste bloco identifica os **eventos de vida potencialmente estressantes**. A Tabela 6 traz a frequência com que estes eventos ocorreram e sua proporção em relação ao total.

Como é possível observar, os eventos que apresentaram maior incidência foram **evasão escolar** (88%), **conflitos familiares constantes** (76%), **privação física severa** (70%), **separação parental** (64%), **fuga do lar** (62%), **prisão** (60%) e **conflitos com novos companheiros dos pais** (52%). Entretanto, os eventos que ocorreram em proporções menores são importantes para a consideração de casos específicos.

Tabela 5 - Caracterização do Grupo Quanto ao Número de Distúrbios de Conduta Presentes por Indivíduo

Número de Distúrbio de Conduta	Frequência (ABS)	Proporção (%)
4	2	4
5	6	12
6	8	16
7	5	10
8	3	6
9	3	6
10	2	4
12	3	6
13	6	12
14	7	14
15	5	10

Tabela 6 - Caracterização do Grupo Quanto À Presença de Eventos de Vida Potencialmente Estressantes

Evento de Vida	Frequência (ABS)	Proporção (%)
Morte do pai	10	20
Morte da mãe	6	12
Separação parental	32	64
Conflito com o companheiro do pai	26	52
Conflitos familiares constantes	38	76
Violência física	20	40
Violência psicológica	7	14
Negligência	7	14
Rejeição / Abandono	24	48
Privação física severa	35	70
Exploração	7	14
Dificuldade de adaptação escolar	22	44
Evasão escolar	44	88
Prisão	30	60
Internação por drogadição	11	22
Fuga do lar	31	62

Finalmente, como informações que auxiliam a composição do perfil psicológico do grupo, o último bloco traz a identificação de **distúrbios de conduta nos pais**.

As Tabelas 7 e 8 ilustram as frequências com que os cinco distúrbios identificados ocorreram e a quantidade de distúrbios identificada por indivíduo.

O distúrbio mais frequente é o **alcoolismo** (52%). Do total de casos de alcoolismo, 21.4% estão associados a outros problemas psiquiátricos e 57.1% aparecem junto com **violência / crueldade com outras pessoas**.

Em cerca de 28% dos pais dos sujeitos não foi possível identificar qualquer tipo de distúrbio. Dentre aqueles que apresentam, a média é de aproximadamente dois distúrbios por indivíduo, sendo que a maior frequência é de um distúrbio por indivíduo.

Tabela 7 - Caracterização do Grupo Quanto a Presença de Distúrbios de Conduta nos Pais

Distúrbio de Conduta dos Pais	Frequência	Proporção(%)
Violência/ crueldade com outras pessoas	22	44
Exercício de atividade ilegal	10	20
Uso de drogas	7	14
Tráfico de drogas	7	14
Alcoolismo	28	52

Tabela 8 - Caracterização do Grupo Quanto ao Número de Distúrbios de Conduta Presentes nos Pais dos Sujeitos

Número de Distúrbio de Conduta	Frequência (ABS)	Proporção (%)
1	17	34
2	12	24
3	3	06
4	0	0
5	4	08

Como se pode verificar pelos resultados descritos em relação ao perfil psicológico do grupo, entende-se que as informações obtidas sobre a ocorrência de **eventos de vida potencialmente estressantes** são, de certa forma, complementares àquelas que compõem o perfil sociológico. Repetem-se os dados sobre **evasão / dificuldades escolares**, confirmam-se as consequências da situação de pobreza (**privações físicas severas**) e completa-se a caracterização das famílias dos sujeitos quanto à presença de novos membros (novos companheiros dos pais) e aos conflitos que a ampliação familiar pode gerar. Além disso, juntam-se a estas informações a constatação da presença de distúrbios de conduta e outros, que podem ser entendidos

como problemas psiquiátricos, no ambiente familiar que já é conflituoso pelas condições de pobreza e desagregação.

Considerando-se, ainda, a presença de pelo menos quatro comportamentos que podem ser definidos como distúrbios de conduta, de acordo com o critério diagnóstico utilizado, todo o grupo pode vir a apresentar distúrbio anti-social de personalidade.

Ainda que complementares, as informações referentes ao perfil psicológico do grupo de crianças e adolescentes com intensa vivência de rua especifica características das famílias e dos próprios sujeitos que definem mais claramente o risco pessoal e social inerente a pertencer a uma parcela da população que pode ser considerada não-normativa em praticamente todos os aspectos.

2 - ANÁLISE DESCRITIVA MULTIVARIADA REFERENTE À CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Distúrbios de Conduta. Para entender como os distúrbios de conduta relacionam-se entre si, realizou-se uma análise de correspondência, que permite apontar algumas tendências de associação dessas variáveis, independentemente do número de sujeitos envolvidos e da frequência com que essas associações se repetem.

As duas primeiras dimensões derivadas da análise de correspondência reuniram uma proporção da inércia total considerada suficiente para descrever uma possível tendência de associação entre os distúrbios de conduta, segundo um critério de similaridade referente aos perfis-resposta para os distúrbios. Tais dimensões podem ser melhor examinadas no Anexo 6, gráfico A.

A análise do conteúdo dessas dimensões permite identificar grupos de variáveis que estão explicitados no Quadro 8.

Quadro 8 - Tendências Obtidas Pela Análise de Correspondência Quanto à Associação Entre Distúrbios de Conduta

Grupo A
Tráfico de drogas, Promiscuidade sexual
Grupo B
Auto-intoxicação, Dificuldade de planejar o futuro
Grupo C
Assalto, Incapacidade de manutenção de comportamento..., Transporte de drogas
Grupo D
Envolvimento em lutas corporais, Destruição deliberada de propriedade alheia, Importunar os outros, Irritabilidade / Agressividade

Mentiras frequentes e uso de drogas não apresentaram nenhuma associação com nenhum grupo em particular, uma vez que ocorreram com alta frequência, isto é, simultaneamente aos demais distúrbios. No gráfico A (Anexo 6) é possível observar que aparecem isoladas, ou seja, suas elevadas frequências de ocorrência determinam que quaisquer semelhanças ou diferenças entre elas sejam pouco identificáveis.

Outra forma de identificar as tendências de associação dos distúrbios de conduta é verificar como estes se apresentam nos sujeitos agrupados segundo critérios de idade e sexo. A Tabela 9 identifica as tendências de associação e a frequência com que estas ocorrem.

Tabela 9 - Tendências de Associação e Frequências dos Distúrbios de Conduta de Acordo com os Critérios de Sexo e Idade

SEXO E IDADE	Masculino			Feminino		Total
	7-12 11 Sujeitos	13-16 23 Sujeitos	17-18 04 Sujeitos	7-12 05 Sujeitos	13-16 07 Sujeitos	
- Mentiras Frequentes (1) - Uso de drogas (2) - Furto	11	23	4	5	7	50
- Envolvi/o lutas corporais - Crueldade c/ outras pessoas - Destruição deliberada de propriedade alheia - Importunar os outros	5	5	3	2	3	18
- Irritabilidade/Agressividade - Incapacidade de manter comportamento consistente em atividade	5	8	2	--	--	15
- Uso de drogas - Transporte de drogas	5	15	2	2	4	28
- Auto intoxicação -Dificuldade planejar o futuro	4	--	3	3	--	10
- Auto intoxicação - Promiscuidade sexual -Dificuldade planejar o futuro	--	15	--	3	6	24
- Uso de arma em briga - Assalto (3)	4	7	2	1	2	16

- 1 . Ausente em 1 sujeito do grupo de crianças do sexo feminino
- 2 . Ausente em 2 sujeitos do grupo de crianças do sexo feminino
- 3 . "Assalto" ocorreu uma vez para crianças do sexo feminino associado ao grupo de distúrbios de conduta que ocupa a 2ª fileira da Tabela

De acordo com os dados dispostos na Tabela 9 é possível observar que, de modo geral, as tendências de associação não diferem muito quanto à sexo e idade, não diferindo também a proporção de ocorrência dos grupos de distúrbios de conduta. No entanto algumas observações são importantes.

O grupo de distúrbios **irritabilidade / agressividade / incapacidade de manter comportamento consistente em atividade** não ocorreu para os sujeitos do sexo feminino.

O grupo de distúrbios que contém **dificuldade de planejar o futuro** e os comportamentos que traduzem irresponsabilidade dos sujeitos em relação à segurança pessoal (**auto-intoxicação / promiscuidade sexual**) apresenta uma diferença considerável na proporção de ocorrência para meninos (39,4%) e meninas (75%). Similarmente, o grupo de distúrbios **envolvimento em lutas corporais / crueldade física com outras pessoas / destruição deliberada de propriedade alheia / importunar os outros** apresenta diferença em sua proporção de ocorrência: 41,6% para as meninas e 34,2% para os meninos.

Quando se compara a Tabela 9 ao Quadro 8, que contém algumas tendências de associação apontadas pela análise de correspondência, observa-se que a tendência geral quanto aos perfis-resposta mantém uma certa similaridade em relação à proporção de ocorrência.

Analogamente ao procedimento realizado quanto aos distúrbios de conduta, buscou-se identificar as tendências de associação dos **eventos de vida**. Para tanto realizou-se análise de correspondência, considerando-se as três primeiras dimensões obtidas.

O Quadro 9 contém as tendências de associação obtidas da análise da primeira dimensão pela segunda, e da terceira dimensão pela primeira. Tais dimensões podem ser examinadas no Anexo 6, gráficos B e C.

É importante lembrar que as tendências de associação identificadas, refletem um critério de similaridade referente aos perfis-resposta para os eventos de vida, independentemente do número de sujeitos envolvidos e da frequência com que essas associações se repetem.

As tendências de associação dos eventos de vida de acordo com sua distribuição entre os sujeitos segundo critérios de idade e sexo e a proporção de ocorrência de cada grupo de eventos identificados encontram-se na Tabela 10.

Como é possível constatar, as tendências de associação obtidas pelas dimensões da análise de correspondência e aquelas obtidas por grupos de sujeitos, considerando-se as frequências, segundo critérios de idade e sexo não são discrepantes.

Os eventos **ausência de um dos pais** (morte ou separação parental), **conflitos familiares** e **conflitos com novos companheiros dos pais** formam combinações diferentes com os demais eventos potencialmente estressantes, distribuindo-se no grupo de sujeitos de forma homogênea.

Quadro 9 - Tendências Obtidas Pela Análise de Correspondência Quanto À Associação Entre os Eventos de Vida Potencialmente Estressantes.

Grupo A
Dificuldade de adaptação escolar, Fuga do lar
Grupo B
Separação parental, Conflito com o companheiro da(o) mãe (pai), Conflitos familiares constantes, Rejeição / Abandono, Prisão.
Grupo C
Separação Parental, Conflito com Companheiro, Conflitos Familiares, Violência Física
Grupo D
Rejeição / Abandono, Prisão
Grupo E
Morte do Pai, Morte da Mãe
Grupo F
Privação Física Severa, Fuga do Lar

Tabela 10 - Tendências de Associação e Frequências dos Eventos de vida de acordo com os critérios de Sexo e Idade

SEXO E IDADE	Masculino			Feminino		Total
	7-12 11 Sujeitos	13-16 23 Sujeitos	17-18 04 Sujeitos	7-12 05 Sujeitos	13-16 07 Sujeitos	
TENDENCIAS DE ASSOCIAÇÃO						
-Ausência dos Pais (morte / separação parental) -Conflitos famil. constantes	5	16	--	4	5	30
-Ausência dos Pais (morte / separação parental) -Conflitos c/ novos comp. -Violência Física	2	7	--	4	3	16
-Ausência dos Pais (morte / separação parental) -Privação Física Severa -Dificuldade de Adaptação na Escola	7	5	--	3	2	17
-Privação Física Severa -Violência / Rejeição / Abandono / Negligência -Fuga do Lar	6	7	--	4	4	21
-Presença Novos Comp. -Ausência de um dos Pais -Rejeição / Abandono	3	11	4	2	4	24

Após descrever algumas tendências de associação dos **distúrbios de conduta** e dos **eventos de vida potencialmente estressantes** serão descritas as relações encontradas entre as variáveis sociológicas e psicológicas.

Distúrbios de Conduta e Situação Sócio-Econômica. Em primeiro lugar, buscou-se responder à questão da possível relação entre a ocorrência de distúrbios de conduta e a situação sócio-econômica, ainda que se admita que o grupo de sujeitos é homogêneo quanto à esta última.

O teste Exato de Fisher, cujos P- values para cada distúrbio de conduta e para as variáveis tamanho de família e renda estão na Tabela 11, revela que não existe nenhuma evidência que confirme relações entre distúrbios de conduta e condição sócio-econômica para este grupo específico.

Tabela 11 - Resultados do Teste Exato de Fisher Quanto à Relação entre Condição Sócio-Econômica e Distúrbios de Conduta

Distúrbio de Conduta	T Família (P-Value %)	Renda (P-Value %)
Envolvimento em lutas corporais	26	75
Uso de armas em brigas	98	42
Crueldade física com outras pessoas	48	24
Destruição deliberada / Propriedade alheia	56	18
Mentiras Frequentes	6	100
Furto	-	-
Assalto	86	100
Importunar os outros	7	100
Incapacidade de manutenção de comportamento...	64	73
Uso de drogas	11	100
Transporte de drogas	84	71
Tráfico de drogas	100	28
Auto-intoxicação	39	43
Promiscuidade sexual	69	100
Dificuldade de planejar o futuro	79	96
Irritabilidade / agressividade	41	37

Distúrbios de Conduta X Idade X Sexo. Para melhor caracterizar o grupo quanto à ocorrência de distúrbios de conduta, buscou-se encontrar a forma como tais comportamentos distribuem-se no grupo, de acordo com idade e sexo.

No grupo de crianças (7-12 anos), que totalizam 16 sujeitos, verificou-se uma média de distúrbios de conduta por indivíduo igual a 8.93. Por se tratar de

crianças, esta média pode ser considerada elevada. Quatro sujeitos apresentam até cinco distúrbios e a metade do grupo apresenta mais que 10 distúrbios por indivíduo.

Nos adolescentes, cujo grupo soma 30 sujeitos, a média de distúrbios por sujeito é igual a 9.45. Neste grupo 12 sujeitos apresentam de quatro a sete distúrbios e 60% dos adolescentes apresentam mais de oito.

No grupo de jovens adultos obteve-se uma média de 9.5 distúrbios por indivíduo.

A distribuição dos **distúrbios de conduta** por idade apresenta certa homogeneidade, isto é, nenhuma faixa-etária apresenta uma concentração de distúrbios de conduta que desequilibre a média em relação a todo o grupo.

De acordo com **sexo**, a média de **distúrbios de conduta** encontrada para os meninos foi de aproximadamente 9.45 e para as meninas 9.38.

A Tabela 12 traz a distribuição dos **distúrbios de conduta** de acordo com **idade e sexo**.

Embora a distribuição apresente certa homogeneidade observa-se um aumento discreto na adolescência, notadamente para as meninas.

Tabela 12 - Distribuição Média de Distúrbios de Conduta de Acordo com Sexo e Idade

IDADE	SEXO	MÉDIA DE DISTÚRBIOS DE CONDUTA
7 - 12	Masc	9.09
	Femin.	8.6
12 - 16	Masc.	9.74
	Femin.	10.14
17 - 18	Masc.	9.5

Distúrbios de Conduta X Tempo de Vivência de Rua. Entende-se a presença de um elevado número de distúrbios de conduta por indivíduo como uma medida do grau de comprometimento (risco pessoal e social) dos sujeitos.

Detectar em que medida o tempo de vivência de rua pode estar relacionado à presença de um maior número de distúrbios de conduta pode auxiliar na compreensão de muitas questões: os comportamentos definidos como distúrbios de conduta são aprendidos na rua? Dependem, então de quanto tempo os sujeitos vivem na rua? A presença de distúrbios de conduta torna-se mais intensa e aumenta à medida em que o sujeito passa mais tempo na rua?

Para responder a estas questões buscou-se identificar a média de distúrbios de conduta presentes em relação ao tempo de vivência de rua no início do atendimento (Tabela 13).

Tabela 13 - Distribuição Média de Distúrbios de Conduta de Acordo com Tempo de Vivência de Rua

TEMPO DE VIVÊNCIA DE RUA	MÉDIA DE DISTÚRBIOS DE CONDUTA
02 - 06 meses	8.21
06 - 14 meses	9.87
14 - 26 meses	9.60
36 - 48 meses	6.00
60 - 96 meses	8.80
+ 100 meses	9.00

É importante observar que nenhum sujeito da faixa-etária de 7-12 apresenta mais que 14 meses de vivência de rua. Além disso, dos sujeitos que apresentam entre seis e 14 meses de vida na rua (a média mais elevada de distúrbios por indivíduo), onze (de um total de 18) são adolescentes, ou seja, pertencem a faixa etária que apresenta um leve aumento na distribuição dos distúrbios de conduta por indivíduo.

Pode-se observar que a tendência a homogeneidade em relação a distribuição dos distúrbios e conduta é mantida também quanto ao tempo de vivência de rua e também que a médias dos sujeitos com mais de 60 meses são inferiores àquelas dos sujeitos com 6-26 meses. Assim parece que **tempo de vivência de rua no início do atendimento** não contribui para a presença de um maior número de comportamentos definidos como distúrbios de conduta, neste grupo.

Tempo de Vivência de Rua X Evolução. Entender como o **tempo de vivência de rua no início do atendimento** interfere na **evolução** é outra questão que vem completar a caracterização do grupo: a medida em que se prolonga o tempo de vida na rua é mais difícil deixá-la?

Todo o grupo já foi caracterizado como muito comprometido quanto à presença de **distúrbios de conduta** independente de sexo, idade e tempo de vivência de rua: 80% dele evoluiu negativamente, ou seja, não retornou para casa, não ingressou na escola ou no mercado de trabalho.

De qualquer forma, com o objetivo de melhorar a compreensão da situação, os dados referentes à **evolução** e ao **tempo de vivência de rua** estão resumidos na Tabela 14.

Como é possível observar, todos os casos que evoluíram positivamente (20% do grupo) apresentavam até 14 meses de vivência de rua no início do atendimento.

A importância de se considerar o tempo de vivência de rua que os sujeitos apresentavam quando começaram a ser abordados pelos serviços está na possibilidade de se responder à seguinte questão: é mais provável a obtenção de sucesso na abordagem de um indivíduo que acabou de chegar na rua?

Tabela 14 - Evolução dos Casos Considerando-se o Tempo de Vivência de Rua

Tempo de Vivência de Rua	Sujeitos	Evolução Positiva	Evolução Negativa
02 - 06 meses	18	27%	73%
06 - 14 meses	18	12%	88%
14 - 26 meses	04	---	100%
36 - 48 meses	03	---	100%
+ 60 meses	07	---	100%

A visualização da situação geral do grupo permite concluir que os casos de evolução positiva encontram-se nos grupos com até 14 meses de vivência de rua, ou seja, quanto mais precoce a abordagem maior a probabilidade de sucesso.

Considerando-se o fato de que o maior número de sujeitos está na faixa entre 2 e 14 meses, a concentração dos casos de evolução positiva nesta faixa pode ser apenas consequência.

Distúrbios de Conduta X Eventos de Vida. O grupo de sujeitos demonstrou a presença de elevado número tanto **distúrbios de conduta** quanto de **eventos de vida potencialmente estressantes** por indivíduo, mostrando-se homogêneo quanto à distribuição dessas variáveis.

Com o objetivo de identificar as tendências de associação entre os **distúrbios de conduta e os eventos de vida potencialmente estressantes** realizou-se uma análise de correspondência múltipla.

As duas primeiras dimensões obtidas pela análise de correspondência revelaram algumas tendências, que estão descritas no Quadro 10.

As duas dimensões derivadas do procedimento estão representadas graficamente no Anexo 6, gráfico D.

Distúrbios de Conduta X Distúrbios de Conduta nos Pais. Também com o objetivo de melhor descrever a caracterização obtida para o grupo, realizou-se uma análise de correspondência múltipla para identificar como estas duas variáveis tendem a associar-se.

Novamente, foram consideradas as duas primeiras dimensões derivadas da análise de correspondência, cuja representação gráfica está no Anexo 6, gráfico E.

As tendências de associação apontadas estão no Quadro 11 e são baseadas nos perfis-resposta para cada variável e não na frequência ou distribuição entre os sujeitos. As relações também não são entre cada um dos distúrbios dos pais e dos filhos e sim para os dois conjuntos como um todo.

Quadro 10 - Tendências de Associação Entre os Eventos de Vida Potencialmente Estressantes e os Distúrbios de Conduta de Acordo Com Análise de Correspondência Múltipla

	Distúrbios de Conduta	Eventos de Vida
A	crueldade física / transporte droga/ assalto / promiscuidade sexual / destruição deliberada / arma em briga	rejeição / violência psicológica / prisão / conflitos familiares
B	incapacidade de manutenção de comportamento / irritabilidade / auto-intoxicação / envolvimento em lutas corporais / importunar os outros / dificuldade de planejar o futuro	dificuldade de adaptação escolar / separação parental / internação por drogadição
C		fuga do lar / evasão escolar / exploração *
D		privação física / conflito com companheiro / Morte do Pai / Violência física *

* Esses eventos não apareceram associados à distúrbios de conduta

Quadro 11 - Tendências de Associação Entre os Distúrbios de Conduta Nos Sujeitos e Em Seus Pais de Acordo Com Análise de Correspondência Múltipla

A - PAIS	B - SUJEITOS
Alcoolismo	Auto-intoxicação / Assalto
Violência/Crueldade c/ outras pessoas	Crueldade c/ outras pessoas / Importunar os outros / Incapacidade em manter comportamento em atividade

3 - ANÁLISE QUALITATIVA DE GRUPOS DE SUJEITOS E CASOS ESPECÍFICOS

Tendo em vista os objetivos estabelecidos para este trabalho e a constatação da relativa homogeneidade do grupo em relação a ambos os perfis definidos pelos grandes blocos de variáveis, os grupos de sujeitos para a análise qualitativa foram estabelecidos à partir do número de distúrbios de conduta por indivíduo. Privilegiou-se este procedimento por entender-se que a caracterização obtida em relação ao perfil psicológico, mais que o sociológico, de certa forma

conhecido e esperado, trouxe novas informações sobre a realidade das crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, que vivem na rua.

Para encaminhar o melhor esclarecimento das relações entre os distúrbios de conduta e os eventos de vida potencialmente estressantes, o conjunto de variáveis será analisado em relação ao número de distúrbios de conduta presentes por indivíduo.

Grupo 1 - Quatro distúrbios. O primeiro grupo identificado é formado por quatro sujeitos (8%) com o mínimo de distúrbios de conduta possível para o segmento estudado: quatro. Os distúrbios identificados para este grupo não envolvem risco pessoal acentuado: **furto, uso de drogas e mentiras frequentes** ocorrem em todos os casos; **destruição deliberada de propriedade alheia, importunar os outros e transporte de drogas** são os outros comportamentos identificados, incidindo com diferentes frequências nesses sujeitos.

Os eventos de vida potencialmente estressantes atingem média próxima a 6.0 por indivíduo. Todos os sujeitos sofreram **privações físicas severas**, quando viviam em suas famílias: número elevado de membros, **ausência do pai por morte** em todos os casos. Os **conflitos familiares**, ligados ou não a presença de novo companheiro da mãe e exploração são eventos que também estão presentes para parte do sujeito.

Em dois casos está presente o **exercício de atividade ilegal (exploração)** nos pais dos meninos.

Dois sujeitos desse grupo retornaram para casa, sendo que ambos apresentavam seis meses de vivência de rua quando foram contatados pelos serviços pela primeira vez. Num dos casos de retorno para casa o sujeito era vítima de exploração. Nos casos de evolução negativa um dos sujeitos tinha seis meses de vivência de rua no início do atendimento e desapareceu; outro tinha 94 meses e continua na rua.

Grupo 2 - Cinco distúrbios. O segundo grupo é formado por sete sujeitos (14%), que apresentam cinco distúrbios de conduta cada um.

Além de **mentiras frequentes, uso de drogas e furto**, comportamentos como **importunar os outros, destruição deliberada de propriedade alheia e transporte de drogas** juntam-se àqueles que indicam risco pessoal (**auto-intoxicação e promiscuidade sexual**), **dificuldade de planejar o futuro, incapacidade de manter comportamento consistente em atividade e irritabilidade / agressividade**.

Para este grupo, a média de **eventos de vida potencialmente estressantes** por indivíduo é um pouco mais elevada: 7.42. Todos os sujeitos provêm lares com **conflitos familiares constantes e ausência de um dos pais por morte ou separação**. A **privação física** também é constante em todos os sujeitos. **Violência física e rejeição / abandono** passam a integrar o grupo de eventos.

Além disso, com exceção de um sujeito, todas as famílias apresentam comportamentos definidos como **distúrbios de conduta nos pais**.

Dos sete sujeitos deste grupo, apenas um retornou para casa. Este caso particular é de uma família com dez membros, ampliada, que ocupa núcleo de favela. **Violência física, privação física, conflitos com companheiro da mãe e conflitos familiares** são eventos identificados neste caso. Junte-se a isto a presença dos

seguintes comportamentos na família: **uso e tráfico de drogas; alcoolismo; furto; assalto e prostituição**. Este sujeito tinha cinco meses de vivência de rua e 11 anos quando foi contactado pelos educadores.

Dos sujeitos que continuam na rua (quatro) apenas um tem mais de seis meses de vivência de rua, e um é criança.

Dois sujeitos morreram (12 e 48 meses de vivência de rua).

Grupo 3 - Seis distúrbios. Outro grupo é formado por cinco sujeitos, com seis distúrbios de conduta. São os mesmos comportamentos já identificados, aos quais juntam-se **uso de armas em brigas e envolvimento em lutas corporais** em diferentes combinações e **mentiras frequentes, furto e uso de drogas** presentes em todos os sujeitos.

No grupo, a média de **eventos de vida potencialmente estressantes** é 6.6 por indivíduo. Os **eventos de vida** são os mesmos, com frequências elevadas para **conflitos familiares, privação física severa, violência física** e diferentes combinações entre os demais eventos. Nas famílias de dois sujeitos estão ausentes os **distúrbios de conduta nos pais**. Nas demais **violência / crueldade com outras pessoas, alcoolismo e exploração** alternam-se em diferentes combinações.

O grupo tem a presença de uma adolescente (13 anos) que tinha seis meses de vivência de rua quando começou a ser atendida e evoluiu negativamente (**prisão**). Os demais são do sexo masculino.

Entre os sujeitos que tiveram evolução negativa (dois) é interessante observar a presença de um adolescente proveniente de uma família intacta, com renda superior a dois salários, residente em casa própria, cujos os únicos eventos identificados foram evasão escolar e internação na infância (por quimiodependência).

Os sujeitos que evoluíram positivamente (dois) regressando para casa são crianças que provém de famílias complicadas (**alcoolismo, violência, exploração**), numerosas e que ocupam núcleos de favela. **Conflitos familiares, violência física, rejeição / abandono e privação física** foram eventos identificados.

Grupo 4 - Sete distúrbios. Os sujeitos com sete comportamentos identificados como **distúrbios de conduta** são cinco. Neste grupo os mesmos distúrbios de conduta repetem-se em combinações diferentes, juntando-se em um sujeito os distúrbios **assalto e tráfico de drogas**.

A média de **eventos de vida potencialmente estressantes** é 6.2 por indivíduo. Novamente os eventos mais frequentes são **ausência de um dos pais (morte / separação), conflitos familiares, privações físicas severas**. Eventos identificados como **violência física, negligência e rejeição / abandono** alternam-se em diferentes combinações. Todos os sujeitos provém de famílias com história de violência e alcoolismo.

Neste grupo a evolução foi negativa para todos os casos, sendo um deles de morte, de um sujeito do sexo masculino, de 17 anos, com 60 meses de vivência de rua.

Neste grupo identifica-se um sujeito cujo quadro pode ser caracterizado como **abandono**: os pais morreram e nenhum outro familiar quis assumí-lo. Estava na

rua há 36 meses quando foi abordado pela primeira vez (sexo masculino, 17 anos) e continua na rua.

Grupo 5 - Oito ou nove distúrbios. No grupo de sujeitos que apresentam 8 e 9 distúrbios identificaram-se três indivíduos, sendo duas meninas (7 e 10 anos) e um menino (16 anos).

Nas meninas os distúrbios de conduta **destruição deliberada de propriedade alheia, importunar os outros e incapacidade de manter comportamento consistente em atividade** agrupam-se em torno de **mentiras frequentes, uso de drogas e furto**. **Assalto** não aparece no comportamento das meninas e está presente no menino. A média de **eventos de vida potencialmente estressantes** para este grupo é 7.0.

Uma das crianças do sexo feminino evoluiu positivamente retornando para casa e ingressando na escola: sua família apresentava comprometimento severo quanto à presença de distúrbios de conduta (**violência, atividades ilegais, uso e tráfico de drogas, alcoolismo**), com a ausência do pai (**separação**), **privação física e exploração**.

Grupo 6 - Dez ou mais distúrbios. Os sujeitos que apresentam mais de 10 distúrbios de conduta compõem um grupo com 26 sujeitos (52% da amostra estudada). Neste grupo encontra-se indivíduos com 10 distúrbios de conduta (quatro sujeitos), com 12 (oito sujeitos), com 13 (quatro sujeitos), com 14 (seis sujeitos) e com 15 (quatro sujeitos).

Nenhum caso evoluiu positivamente e o grupo é tão heterogêneo em relação ao **tempo de vivência de rua** quanto os demais: existem sujeitos com 2, 3, 5, 8, 10, 12 ... até 144 meses. Note-se porém, que os sujeitos com maior tempo de vivência de rua encontram-se neste grupo.

Os distúrbios de conduta que apontam para irresponsabilidade em relação a si e os comportamentos de risco (**auto-intoxicação, promiscuidade sexual, assalto**) aumentam muito de frequência neste grupo e todos os demais distúrbios identificados combinam-se de acordo com a tendência de agrupamento descrita na Tabela 9.

A média de **eventos de vida potencialmente estressantes** por indivíduo é 7.15.

Para este grupo e os demais, formados por quaisquer critérios, é possível observar que a presença de distúrbios de conduta não parece ter relações claramente definidas com quaisquer outras variáveis.

Especificamente à respeito dos **eventos de vida potencialmente estressantes**, estes apresentam uma distribuição relativamente homogênea, repetindo-se com a mesma tendência de agrupamento, não sendo possível observar evidências de relações entre estes e os distúrbios de conduta.

Neste sentido observa-se que nos casos dos sujeitos mais comprometidos em relação a presença de comportamentos definidos como distúrbios de conduta (mais de 10), apenas quatro apresentam incidência de **eventos de vida potencialmente estressantes** que superam a média e reúnem todas as possibilidades de eventos estressantes num mesmo indivíduo, inclusive uma média elevada de distúrbios de conduta nos pais.

Por outro lado, três sujeitos deste grupo (todos com mais de 13 distúrbios e evolução negativa) tem histórias que fogem um pouco ao perfil geral do grupo.

Em relação as famílias, estão ausentes os distúrbios de conduta nos pais, o chefe está no mercado formal de trabalho, com renda mensal superior a dois salários.

Os eventos de vida identificados não descrevem episódios de maus tratos, privação e abandono: restringem-se a ausência do pai e dificuldade de adaptação na escola.

Em resumo, os resultados obtidos contribuíram para a definição dos perfis sociológico e psicológico do grupo de sujeitos.

Sociologicamente falando, os resultados foram consonantes àqueles obtidos por estudos realizados no Brasil e em outros países: os "meninos-de-rua" provém de famílias pobres e desestruturadas. O fato de estarem na rua exclui a possibilidade de frequentar a escola, evento que seria esperado para a maioria das crianças e jovens da faixa etária em questão. Quanto a sexo, foi possível saber que embora o número de meninos seja superior, as meninas estão presentes na rua na proporção de uma menina para três meninos. Identificou-se também a existência de crianças na rua, mas há uma predominância de adolescentes. Independentemente do fato de terem sido atendidos em diversos serviços sociais no município, a maioria dos casos estudados evoluíram negativamente.

Quanto ao perfil psicológico identificou-se a ocorrência de inúmeros **eventos de vida potencialmente estressantes** ao longo da história dos sujeitos. Alguns desses eventos podem ser entendidos como consequentes à situação de pobreza absoluta das famílias, à sua ampliação e desagregação. Outros, podem ser atribuídos à presença de distúrbios de conduta nos pais e a outros problemas no ambiente familiar, como alcoolismo, por exemplo.

Em relação aos sujeitos, obteve-se que todo o grupo é muito comprometido quanto a presença de distúrbios de conduta.

A análise multivariada permitiu a identificação de algumas tendências de associação entre os distúrbios de conduta e os eventos de vida, e entre os distúrbios de conduta nos sujeitos e em seus pais.

A análise multivariada também demonstrou como os distúrbios de conduta se distribuem de acordo com sexo e idade: o grupo mostrou-se homogêneo quanto à distribuição dos distúrbios de conduta, com um aumento discreto na adolescência, entre as meninas.

Quanto ao **tempo de vivência de rua** e a presença de **distúrbios de conduta** detectou-se também uma distribuição homogênea dos distúrbios entre os sujeitos com tempo maior ou menor de vida na rua.

Em relação à **evolução** e **tempo de vivência de rua** observou-se que os casos de evolução positiva estão entre os sujeitos com menor tempo na rua.

Finalmente, a análise qualitativa de grupos de sujeitos e casos específicos não revelou diferenças na distribuição relativa dos eventos de vida potencialmente estressantes, nem relação entre seu grau de severidade e o comprometimento dos sujeitos à presença de distúrbios de conduta.

De forma geral, é possível assumir que os distúrbios de conduta e os eventos de vida aparecem juntos nos sujeitos, no sentido em que a um número elevado de uma variável, corresponde um número elevado da outra.

DISCUSSÃO

Os dados foram coletados de forma indireta, através da análise dos prontuários, que continham informações que foram incorporadas durante um período de três anos e obtidas em momentos diferentes, por pessoas diferentes, através de diferentes métodos. As considerações que se seguem, sobre o contexto da coleta de dados, são importantes para a compreensão e a crítica sobre a sua natureza e origem.

No período de 1990 a 1992 a pesquisadora foi membro da Equipe Técnica Central da Secretaria do Bem Estar Social. Neste sentido, participou da elaboração do Roteiro de Abordagem do PCR, realizou plantões na rua e visitas domiciliares. Muitas das informações contidas nos prontuários foram por ela registradas. Participou, ainda, da elaboração do projeto do Centro de Referência da Criança e do Adolescente e de sua implantação. A condição de membro da equipe permitiu à pesquisadora observar muito proximamente a atuação de educadores e técnicos dos dois programas da SEBES e a forma como as informações foram transcritas para os prontuários.

Apesar da preocupação com a validade dos procedimentos a equipe, que ia para a rua **também** para colher dados sobre a população e desta forma melhorar sua compreensão sobre aquela realidade, tinha o objetivo principal de **prestar serviços**. É importante considerar, ainda, o vínculo que a equipe acabou desenvolvendo com os meninos/as (sujeitos) e a interação constante nos momentos de entrevista, observação, visitas.

Ainda que o trabalho desenvolvido por educadores e técnicos carecesse de uma prévia construção teórica compartilhada por todos, o que foi por eles realizado e que resultou no extenso conjunto de dados contido nos prontuários, assemelha-se muito ao que Minayo (1992) descreve como **trabalho de campo**. Ela fala em trabalho de campo como um forma de pesquisa qualitativa. De acordo com a autora, o trabalho de campo pressupõe a existência de atores sociais em constante interação, fazendo parte de uma relação de inter-subjetividade.

No trabalho de campo, a entrevista e a observação participante foram largamente utilizadas pela equipe, de várias formas, como método de coleta de dados. A entrevista, em todas as suas formas, fez parte das estratégias de contato dos educadores e técnicos, com os meninos e meninas e seus familiares. Há que se considerar que em apenas alguns casos a situação da entrevista foi planejada, que as entrevistas nunca foram gravadas e que todas as informações procedentes destas situações só eram registradas num momento posterior.

Para entender quanto as informações contidas nos prontuários estão afetadas pela condição em que foram colhidas é importante refletir, como Minayo (1992) propõe, que "entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador" (114).

A autora faz uma reflexão sobre a situação da entrevista como uma troca desigual: "não é o entrevistado que toma a iniciativa: ... sua chance de tomar iniciativa

em relação ao tema é pouca: é o pesquisador quem dirige, controla e orienta as disgressões" (114).

Cabem aqui, algumas considerações à respeito da situação da entrevista (abordagem) com as crianças e jovens na rua. A rua é o território deles. A relação descrita por Minayo é totalmente invertida no caso da abordagem educador-menino: na rua, a entrevista só acontece por iniciativa do menino, é ele quem escolhe o tema e quando falar sobre ele. A própria abordagem inicial é invertida: é o menino quem se aproxima do educador e questiona quem ele é e por que está ali. A relação só se estabelece se o menino permitir. Em muitos casos a primeira conversa só aconteceu semanas após a ida do educador para um determinado local.

Neste contexto, a observação participante foi estratégia valiosa para obtenção de informações, quando a conversa ainda não era possível:

"O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto." (Schwartz e Schwartz, apud Minayo, 1992, página 35)

Para os objetivos deste estudo - descrever a situação de um grupo determinado de crianças e adolescentes com vivência de rua, identificando alguns eventos e situações específicas - a leitura dos prontuários privilegiou alguns tópicos já enunciados nos objetivos.

Olhar para o fenômeno dos meninos de rua considerando-se o desenvolvimento humano sob a perspectiva do curso de vida contribuiu para a compreensão de alguns aspectos importantes dessa situação.

A identificação das influências normativas e não-normativas, a discussão desses conceitos, a visão de adolescência e o reconhecimento de que os eventos de vida, normativos ou não, vivenciados por crianças e jovens têm efeitos sobre o seu desenvolvimento favoreceram a compreensão da face psicológica do fenômeno.

Além disso, os estudos realizados com crianças e adolescentes sob essa perspectiva, chamaram a atenção para a importância da definição cuidadosa dos procedimentos e de estratégias metodológicas para a identificação da natureza das relações entre os eventos de vida e o aparecimento de efeitos sobre o desenvolvimento.

No que se refere à investigação das relações entre os eventos de vida estressantes e o aparecimento subsequente de problemas de conduta, o procedimento utilizado não permitiu diminuir as limitações metodológicas discutidas anteriormente.

Por tratar-se de um estudo documental, não foi possível identificar, por exemplo, o que ocorreu primeiro: se o evento ou o problema de conduta. O procedimento adotado também não permitiu obter dos sujeitos a avaliação sobre o peso dos eventos vivenciados, ou seja, se desejáveis ou indesejáveis; tampouco identificar precisamente a natureza dos eventos (dependentes ou independentes do comportamento dos sujeitos, crônicos ou discretos) e desta forma evitar confundir "evento" e "distúrbio".

Novamente há que se considerar as peculiaridades do grupo de sujeitos e de sua realidade de vida. De qualquer forma, foi possível identificar que uma série de eventos potencialmente estressantes ocorreram ao longo da história de vida dos meninos e meninas do grupo estudado e que o grupo apresenta incidência elevada de comportamentos que podem ser definidos como distúrbios de conduta. Muitos dos eventos identificados já apareceram associados a distúrbios de conduta na literatura recente. Parte desses eventos estão relacionados à vivência de situações estressantes no ambiente familiar. Tais situações associam-se ao aparecimento de problemas emocionais e de conduta em crianças e jovens e podem ser crônicas, referir-se a estressores diários ou a macro-eventos pontuais.

Vulchinich, Bank e Patterson (1992), em estudo longitudinal sobre a estabilidade do comportamento anti-social em pré-adolescentes, encontraram evidências de relações recíprocas entre as atitudes parentais e o comportamento anti-social dos sujeitos. Apesar das controvérsias à respeito das causas do comportamento anti-social em crianças e adolescentes relacionarem-se a traços pessoais ou a fatores do contexto, inúmeros estudos enfatizam a importância da interação pais-filhos no desencadear e na manutenção desses comportamentos (Kazdin, 1987; Patterson, 1982; Wahler e Dumas, 1986, apud Vuchinich, Bank e Patterson, 1992).

Os conflitos entre os pais também são citados como associados a problemas de ajustamento em crianças e jovens. Dishion, Patterson, Stoomiller e Skinner (1991), discutem em seu trabalho o papel da família na predição de comportamento anti-social em adolescentes. De acordo com esses autores, a família pode ser entendida como fator de risco ao aparecimento de problemas de comportamento quando é desestruturada e submete a criança a situações de conflito e maus-tratos. Hier, Korboot e Schweitzer (1990) identificaram os conflitos familiares como causa de fuga do lar, em adolescentes. Situações que envolvem as atitudes parentais, os métodos educacionais dos pais, a interação inadequada entre pais e filhos e os conflitos familiares podem ser entendidos como eventos contínuos e, prolongando-se por muito tempo, podem causar efeitos negativos duradouros.

A violência doméstica, em suas várias formas, também é entendida como um evento contínuo e constitui-se num estressor diário, pois coloca a criança / jovem que convive no ambiente em que ela ocorre num estado constante de apreensão. Sternberg et al (1993), em seu estudo sobre os efeitos da violência doméstica em crianças e adolescentes, citam que os maus-tratos e a violência estão frequentemente associados a outras situações estressantes como a presença de alcoolismo e drogadição nos pais, famílias com a ausência de um dos cônjuges, conflitos familiares e pobreza. Os resultados demonstraram que a violência doméstica em suas várias formas (ser vítima ou testemunha de abuso sexual, violência física, negligência) tem efeitos negativos sobre o desenvolvimento, podendo originar problemas emocionais e de conduta. Entretanto, deve-se observar que a magnitude dos efeitos dependem do tipo de violência vivenciada. Além disso, resultados de estudos sobre essa questão também são afetados pelas características e percepções do informante sobre as ocorrências e seus efeitos. Haskett e Kistner (1991) encontraram que crianças vítimas de maus-tratos e violência física estão em risco para apresentar problemas de relacionamento social: as experiências negativas vivenciadas precocemente no ambiente familiar determinam subsequente mal ajustamento.

Além dos estressores diários e das situações crônicas, os macro eventos pontuais também desempenham papel no aparecimento de desordens. Entre eventos dessa natureza a perda dos pais, por morte ou separação, é um exemplo frequentemente encontrado. Neighbors, Forehand e Armstead (1992) citam estudos que encontraram associação entre separação parental e efeitos negativos em crianças e jovens em quatro áreas de influência: desempenho acadêmico, habilidade social, problemas internos (ansiedade, depressão) e problemas externos (agressão). Os autores definem separação parental como um estressor crítico e os resultados de seu estudo confirmam isso. Raphael et al (1990) discutindo o impacto da perda dos pais, por morte ou separação, nas características psicossociais de adolescentes citam que a perda associa-se à alta incidência de problemas emocionais e de personalidade; alta incidência de problemas psiquiátricos, aumento em ideação e comportamento suicida e índices elevados de alcoolismo e drogadição.

Os trabalhos citados referem-se a fatores de risco para o aparecimento de problemas de conduta e estudam grupos específicos, expostos a determinados fatores isolados: violência, conflitos familiares, separação parental ou perda dos pais. Estudam, também, os efeitos da exposição a esses fatores em determinadas áreas de influência: desempenho social e acadêmico, depressão, problemas de conduta e comportamento anti-social.

No caso dos sujeitos deste estudo, identificaram-se inúmeros fatores de risco presentes ao mesmo tempo na história de um mesmo indivíduo: conflitos familiares, separação parental, morte dos pais, violência física, negligência, rejeição, abandono e institucionalizações.

Além desses eventos experienciados em algum momento no ambiente familiar, é importante considerar situações que a vida na rua faz emergir, e que também podem ser definidas como estressantes: privações físicas (frio, fome); violência, maus-tratos, discriminação e prisão. Fica claro que a situação de fuga do lar, em alguns casos provocada pelo stress vivenciado no ambiente familiar, acaba não diminuindo os efeitos desse stress. Ao contrário, a vida de rua traz outras situações igualmente estressantes, que interagem com aquelas geradas no lar, e colocam as crianças em risco para o aparecimento de distúrbios de conduta e comportamento anti-social. Neste estudo, considerou-se "fuga do lar" como evento de vida. Optou-se por essa classificação considerando-se a realidade da maioria dos sujeitos: fugir do lar, em alguns casos, é estratégia de sobrevivência e não comportamento delinquente. Entretanto, as peculiaridades do grupo estudado e o procedimento adotado dificultaram o esclarecimento do papel que os eventos de vida comuns aos sujeitos desempenharam na opção pela vida de rua. A dificuldade na definição ordem de ocorrência entre os eventos e os distúrbios de conduta, não permitiu identificar se os meninos/as foram para a rua para fugir aos eventos estressantes em casa ou se saíram de casa em virtude de distúrbios de conduta. Não é em todos os casos que ocorre fuga em decorrência de maus-tratos, conflitos e privações. O próprio critério diagnóstico utilizado na definição dos problemas de conduta (Manual de Diagnóstico e Estatística dos Distúrbios Mentais - MDE III) coloca **fuga do lar** como sintoma. Hier, Korboot e Schweitzer (1990) consideram fugir de casa, por si só, como um ato delinquente. Por outro lado, o fato de estar fora de casa, vivendo nas ruas, pode favorecer o aparecimento de comportamento delinquente.

A situação de pobreza, que até aqui não foi considerada, associa-se a todos os casos estudados e desempenha importante papel como fator de risco, isto é, a pobreza cria situações que podem ser objetivamente avaliadas como estressantes: privações, fome, frio, não-acesso a bens e serviços. Além disso, numa sociedade onde o forte apelo ao consumo está presente constantemente, os padrões de consumo colocam a população que sobrevive abaixo da linha da pobreza completamente à margem. A alta prevalência de comportamentos anti-sociais nas crianças e jovens das populações socio-economicamente desfavorecidas tem sido atribuída à vivência desse tipo de experiências estressantes (Vulchinich, Bank e Patterson, 1992). Por isso, muitos estudos sobre fatores de risco controlam a variável pobreza para melhor identificação de outros fatores.

Como se viu, os meninos e meninas de rua estudados estão expostos a inúmeros fatores de risco para o aparecimento de distúrbios de conduta. Os resultados também revelaram a presença de uma média elevada de distúrbios de conduta, também como padrão, nos sujeitos. Todos os comportamentos identificados podem ser entendidos como sintomas. De acordo com o MDE-III o distúrbio anti-social de personalidade só pode ser diagnosticado após os 18 anos. Para que tal diagnóstico seja efetuado, deve haver evidência de distúrbio de conduta com início antes da idade de 15 anos, indicada por uma história de três ou mais dos seguintes critérios: vadiagem frequente, fuga do lar, lutas corporais, uso de arma em brigas, estupro, crueldade física com animais, crueldade física com outras pessoas, destruição deliberada de propriedade alheia, mentiras frequentes, furto, assalto, incapacidade de manter comportamento consistente em atividade, importunar os outros, exercer atividades ilegais, irritabilidade / agressividade, dificuldade em planejar o futuro e irresponsabilidade em relação a si mesmo (auto-intoxicação e promiscuidade). Os meninos e meninas de rua estudados, apresentam o mínimo de quatro comportamentos passíveis de serem definidos como distúrbio de conduta. Considerando-se a frequente estabilidade, longitudinalmente constatada, desse tipo de comportamento, os sujeitos podem ser colocados dentro do critério de distúrbio anti-social de personalidade, segundo o MDE-III.

A ocorrência de comportamento anti-social e de distúrbios de conduta na infância é descrita como preditor de delinquência, alcoolismo e fracasso escolar (Kazdin, 1987; Robins, 1978, apud Vulchinich, Bank e Patterson, 1992). Além disso, inúmeros estudos demonstraram que o comportamento anti-social em crianças é estável (Elliot, Huizinga e Ageton, 1985; Huesmann, Eron, Lefkowitz e Walder, 1984; Doeber e Dishion, 1983, apud Vulchinich, Bank e Patterson, 1992).

Nos meninos e meninas de rua estudados, comportamentos dessa natureza estão presentes com frequência similar, em todas as faixas etárias.

Em suma, a identificação da ocorrência de eventos de vida potencialmente estressantes e de distúrbios de conduta, com frequência elevada no grupo, favoreceu uma caracterização do ponto de vista psicológico que sugere a existência de relações entre essas variáveis, muito embora não tenha sido possível saber de que tipo, dada a natureza do estudo. A ênfase da pesquisa nessa área tem sido estabelecer uma ponte entre a exposição a um fator de risco e o aparecimento subsequente da desordem, e, isto requereria a utilização de delineamentos longitudinais prospectivos que não foram possíveis no presente estudo.

Além de se identificar os fatores de risco é importante conhecer as fontes de vulnerabilidade, isto é, não são todos os indivíduos que expostos a fatores de risco virão a desenvolver problemas de conduta. Nos sujeitos estudados, tal fato fica claro quando se compara a população que está **na rua** a grupos de meninos **de rua**: ambos estão sujeitos a situações parecidas, mas os distúrbios de conduta estão presentes apenas no segundo. A investigação de fontes de vulnerabilidade para este grupo poderá vir a favorecer conclusões mais claras. Assim, considerando-se as diferenças encontradas numa mesma população de rua quanto ao aparecimento dos distúrbios de conduta, estudos cujo delineamento permita comparar grupos de rua podem ser importantes para o esclarecimento da natureza das relações entre os eventos de vida potencialmente estressantes e os distúrbios de conduta. De qualquer forma, pode-se assumir que, em alguns casos, ir para a rua é parte de uma estratégia de sobrevivência. Em outros, nos quais a presença de um número elevado de distúrbios de conduta não coincide com história de eventos de vida negativos, é preciso que se investigue melhor.

Finalmente, cumpre considerar algumas implicações da caracterização psicológica do grupo para a definição de formas de intervir no problema. Como se viu diversos estudos realizados com populações de crianças de rua do Brasil e de outros países, enfatizaram os fatores de risco como consequência da situação sócio-econômica. Mesmo quando incluíram a identificação de eventos peculiares, estudaram as situações partindo da referência sócio-econômica.

No Brasil, os problemas estruturais, o grande número de opções políticas que privilegiaram o econômico em detrimento do social e a péssima qualidade de vida de muitos, gerada pela ineficiência das políticas públicas básicas, favorecem o aparecimento dos fenômenos estudados, bem como sua consideração sob a ótica predominante do sócio-econômico.

A solução da questão é complexa e demorada. Entretanto, enquanto as transformações estruturais não se concretizam, é urgente a sua abordagem.

Entende-se que o resgate da cidadania desses grupos que sobrevivem em situação de extremo risco pessoal e social, passa por um melhor conhecimento dessa realidade, com ênfase no "pessoal", uma vez que o "social" tem se mostrado de difícil abordagem.

Neste sentido, considerando-se o comprometimento em termos de saúde mental verificado no grupo, sugere-se que os aspectos pessoais sejam abordados com mais cuidado, que equipes multidisciplinares, das quais participem profissionais da saúde mental, estejam envolvidas no trabalho, e que o atendimento social, que sem dúvida deve estar presente em todo o processo, não seja o único, mas parte de uma série de procedimentos que passem a incluir também uma abordagem psicológica, tanto na prestação de serviços, quanto na investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Psychiatric Association (1987) **Manual de diagnóstico e estatística dos distúrbios mentais**. São Paulo: Editora Manole.
- Aptekar, L. (1994) Research on street children: Some conceptual and methodological issues. **ISSBD Newsletter**: (1), 1-3.
- Armstead, L.; Wierson, M.; Forehand, R.; Frame, C. (1992) Psychopathology in incarcerated juvenile delinquents: does it extend beyond externalizing problems? **Adolescence**, (106), 309-314.
- Ashford, J. B.; Le Croy C. W. (1990) Juvenile recidivism: A comparison of three prediction instruments. **Adolescence**, (98), 441-450.
- Baltes, P. B. (1983) Life-span developmental psychology: observations on history and theory revisited. In R. M. Lerner (Ed) **Developmental psychology. Historical and philosophical perspectives**. Hillsdale: Erlbaum.
- _____ (1987) Theoretical propositions of life span developmental psychology: on the dynamics between growth and decline. **Developmental Psychology**, (5), 611-626,
- Capaldi, D. M.; Patterson, G. R. (1991) Relation of parental transitions to boys adjustment problems: I A linear hypothesis. II Mothers at risk for transitions and unskilled parenting. **Developmental Psychology**: (3), 489-504.
- CNBB - Pastoral da Criança (1994) **O aumento da mortalidade infantil no Brasil**. Curitiba
- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto (1988). **O Município de Ribeirão Preto**.
- Compas, B. E.; Phares, V. (1991) Stress during childhood and adolescence: Sources of risk and vulnerability. In E. M. Cummings, A. L. Greene, e K. H. Karraker (Eds) **Life span perspectives on stress and coping** (pp 111-129), Hillsdale: Erlbaum.

- Costa, A. C. G. (1990) Infância, juventude e política social no Brasil. In **Brasil Criança Urgente: A Lei 8069/90**. São Paulo: Columbus.
- Dimenstein, G. (1993) **O cidadão de papel: A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Editora Ática.
- Dishion, T. J ; Patterson, G. R ; Stoolmiller, M ; Skinner, M. L. (1991) Family, school and behavioral antecedents to early adolescent involvement with antisocial peers. **Developmental Psychology**, (1), 172-180.
- Dubois, D. L.; Felner, R. D; Brand, S; Adan, A. M, e Evans, E. G. (1992) A prospective study of life stress, social support, and adaptation in early adolescence. **Child Development**, (63), 542-557.
- Dubow; E. F; Tisak, J; Causey, D; Hryshko, A; Graham, R. (1991) A two-year longitudinal study of stressful life events, social support, and social problem solving skills: Contributions to children's behavioral and academic adjustment. **Child Development**, (62), 583-599.
- Haskett, M. E.; Kistner, J. A. (1991) Social interactions and peer perceptions of young physically abused children. **Child Development**, (62), 979-990.
- Hier, J. S.; Korboot, P. J.; Schweitzer, R. D (1990) Social adjustment and symptomatology in two types of homeless adolescents: runaways and throwaways. **Adolescence**, (100), 761-771.
- Hutchinson, R, L.; Tess, D. E.; Gleckman, A. D.; Spence, W. C. (1992) Psychosocial characteristics of institucionalized adolescents: resilients or at risk? **Adolescence**, (106), 339-356.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1980). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1989). **Crianças e adolescentes: Indicadores Sociais**, volume 3. Rio de Janeiro.
- Kaplan, H. I.; Sadock, B. J. (1984) **Compêndio de Psiquiatria Dinâmica**. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Keinfeinheim, B (1994) Ethnological observations of street children in Berlim. **ISSBD Newsletter**, (1), 1-3.
- Kurtz, D. P.; Kurtz, G. L; Jarwis, S. V. Problems of maltreated runaway youth. **Adolescence**, (103), 543-555, 1991.
- Larson, R; Ham, M. (1993). Stress and "storm and stress" in early adolescence: The relationship of negative events with dysphoric affect. **Developmental Psychology**, (1), 130-140.
- Lazarus, R. S ; Folkman, S. (1984) **Stress, appraisal and coping**. New York: Springer.
- Lima, L. L. G.; Venâncio, R. P, (1991) O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In M. Priori (org) **História da criança no Brasil**. (pp 61-76), São Paulo: Contexto.
- Masten, A. S.; Neemann; J.; Andenas, S. (1994) Life events and adjustment in adolescents: The significance of event independence, desirability, and chronicity. **Journal of Research and Adolescence**, (1),71-93, Lawrence Erlbaum Associates, INC.
- Minayo, M. C. S. (1992) **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec - Abrasco.
- _____ (1993) **O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco.
- Muuss, R. E. (1968) **Theories of Adolescence**. New York: Random House.
- Neighbors, B.; Forehand, R.; Armstead, L. (1992) Is parental divorce a critical stressor for young adolescents? Grade point average as a case in point. **Adolescence**, (107), 639-646.
- Page, R. M. (1990) Shyness And Sociability: A dangerous combinations for illicit substance use in adolescents males. **Adolescence**, (100), 803-806.
- Peralta, F. (1984) Street children in Mexico. **ISSBD Newsletter**, (1), 1-3.
- Ralph, N.; Morgan, K. A. (1991) Assessing in chemically dependent adolescent males using the child behavior checklist. **Adolescence**, (101), 183-194.

- Raphael, B.; Cubis, J.; Sunne, M.; Lewin, T.; Kelly, B. (1990) The impact of parental loss on adolescent's psychosocial characteristics. **Adolescence**, (99), 689-700.
- Sternberg, K.; Lamb, M.E.; Greenbaum, C.; Cicchetti, S.D.; Cortes, R. M.; Krispin, O.; Lorey, F. (1993) Effects of domestic violence on children's behavior problems and depression. **Developmental Psychology**, (1), 44-52.
- Seltzer, M. M.; Ryff, C. D. (1994) Parenting across the life-span: The normative cases. In: D. L. Featherman, R. M. Lerner e M. Perlmutter. **Life span development and behavior** (pp 1-34) Hillsdale: Erlbaum.
- Swearingen, E. M.; Cohen J. H. (1985) Life Events and psychological distress: A prospective study of young Adolescents. **Developmental Psychology**, (6), 1045-1054.
- Tyler, F. B. (1994) Psychological studies of street youths. **ISSBD Newsletter**, (1), 1-3.
- Verma, S. (1994) Struggle for survival: A profile of street children in India. **ISSBD Newsletter**, (1), 1-3.
- Vuchinich, S.; Bank, L.; Patterson, R. (1992) Parenting, peers, and the stability of antisocial behavior in preadolescent boys. **Developmental Psychology**, (3), 510-521.
- Youngs, G. A.; Rathge, R.; Mullis, R.; Mullis, A. (1990) Adolescent stress and self-esteem. **Adolescence**, (98), 333-341.
- Windle, M. (1992) A longitudinal study of stress buffering for adolescent problem behaviors. **Developmental Psychology**, (3), 522-530.
- Watts, D. W.; Wright, L. S. (1990) The relationship of alcohol, tobacco, marijuana, and other illegal drug use to delinquency among Mexican-American, black and white adolescent males. **Adolescence** (97), 171-181.

ANEXOS

ANEXO 1

PROPOSTAS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE RISCO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO
NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1970 E 1992

"Casa das Mangueiras" (1973)

Iniciativa: sociedade civil - Organização Vida Nova.

Local do atendimento: periferia.

População-alvo: crianças e adolescentes (9 a 14 anos), do sexo masculino, autores de infração penal.

Atendimento prestado: abrigo provisório, alimentação, atividades de geração de renda, acompanhamento familiar, encaminhamentos e acompanhamentos quanto à saúde, educação e profissionalização (regime aberto).

Desde a fundação ocorreram algumas interrupções no atendimento. Atualmente a instituição atende adolescentes que já possuíram intensa vivência na rua, de ambos os sexos, mas não recebe "meninos-de-rua" antes que estes sejam alvo de uma abordagem inicial.

"Escolinha Vida Nova" (1974)

Iniciativa: sociedade civil - Organização Vida Nova.

Local do atendimento: centro da cidade.

População-alvo: crianças e adolescentes do sexo masculino, com história de vivência de rua.

Atendimento prestado: pedagogia de rua, alimentação, orientação e encaminhamentos emergenciais, acompanhamento familiar, atividades de vida diária e de geração de renda.

Término das atividades: 1989.

"Fundação do Bem Estar do Menor - FEBEM" (1975)

Iniciativa: Governo do Estado de São Paulo.

Local do atendimento: periferia.

População-alvo: adolescentes do sexo masculino, 14 a 18 anos, autores de ato infracional.

Atendimento prestado: internação, como medida de privação de liberdade.

Término das atividades: 1991.

"Núcleo Central de Atendimento ao Menor" (1988)

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SEBES.

Local do atendimento: centro da cidade.

População alvo: Crianças e adolescentes, ambos os sexos, com história de vivência de rua.

Atendimento Prestado: alimentação, orientação e encaminhamentos (saúde, educação, trabalho), acompanhamento familiar, alfabetização informal, atividades de vida diária e atividades de geração de renda.

Término das atividades: 1989.

Obs.: Durante o ano de 1989 houve uma parceria entre Prefeitura e Organização Vida Nova através do Núcleo Central e da Escolinha Vida Nova.

"Nosso Clubinho" (1989)

Iniciativa: sociedade civil - Sociedade Beneficente Evangélica de Ribeirão Preto.

Local de atendimento: inicialmente central, atualmente periferia.

População-alvo: inicialmente crianças e adolescentes com vivência de rua (0-17 anos), atualmente crianças carentes, abandonadas vítimas de maus tratos (até 12 anos).

Atendimento prestado: inicialmente a casa oferecia apoio à crianças e adolescentes contactadas pelos educadores de rua, alimentação, atividades diárias, alfabetização, atividades artesanais.

Atualmente, com 30 vagas, a instituição oferece abrigo provisório para crianças até seu retorno à família de origem ou até sua colocação em família substituta.

"Programa Criança de Rua" (1990)

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SEBES.

Durante seu desenvolvimento foram estabelecidas parcerias com a sociedade civil (Sociedade Beneficente Evangélica de Ribeirão Preto, em 1990 e Sociedade Beneficente "Nave da Saudade", em 1991) e com o Governo Federal (Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA, em 1992).

Local do atendimento: centro - Pedagogia de Rua.

Horto Municipal, através da retaguarda oferecida pelo Centro de Orientação Educativa e Iniciação Profissional ali instalado.

População-alvo: crianças e adolescentes, ambos os sexos, com história de vivência de rua.

Atendimento Prestado: pedagogia de rua, encaminhamentos emergenciais (saúde, educação), acompanhamento de casos, alimentação, acompanhamento familiar, atividades de alfabetização alternativa, acompanhamento escolar, atividades de iniciação profissional e bolsa auxílio igual a um terço do salário mínimo.

Quando o programa foi implantado o COSEIP do Horto atendia realmente à crianças e adolescentes de rua, que identificados pela pedagogia de rua eram imediatamente encaminhados para lá. O COSEIP constituía-se, então no primeiro passo para a opção do menino/a deixar a vida na rua. Atualmente, o COSEIP atende a meninos e meninas que já tiveram história de vivência de rua e, por isso mesmo, não apresenta estrutura para receber crianças e adolescentes recém saídos da rua.

"Pastoral do Menor" (1991)

Iniciativa: sociedade civil - Arquidiocese de Ribeirão Preto.

Local do atendimento: ruas do centro da cidade.

População-alvo: crianças e adolescentes com história de vivência de rua.

Atendimento prestado: pedagogia de rua, alimentação, orientação e encaminhamentos emergenciais, acompanhamento familiar, atividades de vida diária.

"Centro de Referência da Criança e do Adolescente" (1992)

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SEBES

Local do atendimento: centro.

População-alvo: crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social (0-18 anos incompletos).

Atendimento prestado: triagem, encaminhamento, seguimento de todas as situações definidas como "de risco". Atendimento sócio pedagógico, apoio familiar e abrigo provisório p/ crianças e adolescentes vitimizadas, abandonadas.

ANEXO 2

FORMULÁRIOS UTILIZADOS PELOS SERVIÇOS ELEITOS PARA COLETA DE DADOS

- 1 - Roteiro de Abordagem do PCR
- 2 - Ficha de Identificação de Caso do CAB/CRCA
- 3 - Roteiro de Abordagem da Pastoral do Menor

1 - ROTEIRO DE ABORDAGEM DO PCR

DATA ___ / ___ / ___ HORA _____ LOCAL DO CONTATO _____

IDENTIFICAÇÃO

NOME DA CRIANÇA / ADOLESCENTE: _____ IDADE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ___ / ___ / ___ NATURAL DE: _____

ENDEREÇO: _____ Nº _____ BAIRRO _____

NOME DO PAI: _____ TRABALHA SIM() NÃO()

ONDE: _____ O QUE FAZ: _____

NOME DA MÃE: _____ TRABALHA SIM() NÃO()

ONDE: _____ O QUE FAZ: _____

DESENVOLVIMENTO:

ESCOLARIDADE:

ESTUDA: SIM() NÃO() POR QUE? _____

NOME DA ESCOLA: _____

SÉRIE: _____

POR QUE ESTA NA RUA?

ONDE COSTUMA FICAR?

PROCEDIMENTO:

AGENTE

2 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE CASO DO CAB / CRCA

REG. Nº _____ DATA __ / __ / __ PLANTONISTA _____

I - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA / ADOLESCENTE

NOME: _____

D.N. __ / __ / __ IDADE _____ SEXO _____

NATURAL DE: _____

PAI: _____

OCUPAÇÃO: _____ LOCAL: _____

MÃE: _____

OCUPAÇÃO: _____ LOCAL: _____

RESIDE COM: _____

ENDEREÇO: _____

FREQUENTA ESCOLA: _____

SÉRIE: _____ PERÍODO: _____

OBS. / ABANDONO / EVASÃO: _____

II - MOTIVO DO ATENDIMENTO: (Queixa, solicitação) _____

ACOMPANHADA / ENCAMINHADA POR: _____

III - CONSTELAÇÃO FAMILIAR _____

OBSERVAÇÕES: _____

3 - ROTEIRO DE ABORDAGEM DA PASTORAL DO MENOR ESTUDO E ATENDIMENTO SOCIAL

Inscrição nº _____

1. IDENTIFICAÇÃO _____ DATA _____

Nome: _____

Endereço: _____

Data Nasc.: ____ / ____ / ____ Local: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Nº Registro Civil: _____

Frequenta a Escola? _____ Série: _____

Nome da Escola: _____

Nome do Pai: _____

Local de Trabalho: _____ Profissão: _____

Nome da Mãe: _____

Local de Trabalho: _____ Profissão: _____

Fone para Contato: _____

Estado Civil dos Pais: _____ Religião: _____

2. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

INPS () SUDS () OUTROS ()

OBS.: _____ CONVÊNIO ()

3. SITUAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

Prática Profissional Sim () Não () O que? _____

4. SITUAÇÃO HABITACIONAL

Casa Própria () Alugada () Cedida () Invasão () Financiada () Sem Residência ()

Tipo Madeira () Mista () Alvenaria () Barraco ()

Número de Cômodos () - OBS.: _____

5. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	VÍNCULO	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESC	PROFISSÃO	SALÁRIO

6. LOCAL DO CONTATO: _____

7. MOTIVO DE ESTAR NA RUA: _____

8. OUTRAS INFORMAÇÕES: _____

ANEXO 3

DADOS GERAIS OBTIDOS PELO ESTUDO DOCUMENTAL INICIAL

- 1 - Programa Criança de Rua
- 2 - Centro de Referência da Criança e do Adolescente
- 3 - Pastoral do Menor

1) PROGRAMA CRIANÇA DE RUA (Janeiro de 1992 a Julho de 1993)

* Abordagens Realizadas: 544

* Sexo Masculino: 403

Feminino : 141

QUADRO I : Abordagens - Sexo e Idade (em anos)

IDADE	MENINOS	MENINAS
02	01	--
03	01	--
04	02	01
05	03	02
06	04	01
07	05	03
08	22	02
09	18	16
10	32	10
11	37	10
12	48	21
13	45	14
14	57	25
15	50	16
16	45	13
17	28	03
18	05	03

* Motivo de encontrar-se na Rua

1.Necessidade de obter renda	381
2.Problemas de relacionamento com a família	65
(maus-tratos; alcoolismo, drogadição, problemas mentais dos pais; desentendimentos com companheira/o do/a pai/mãe).	
3.Procura de trabalho / orientação para trabalhar	37
4.Família reside em outro município / Pais falecidos	08
5.Problemas de conduta	42
(distúrbios de conduta, problemas neurológicos, fugas imotivadas do lar, drogadição, infração penal, não aceitação de regras de convivência social).	
6.Procura por atividade complementar	11

* Procedência

Ribeirão Preto = 398

Outros Municípios = 146

* Situação Familiar

A) Quanto a ocupação e renda

1.Sem ocupação definida	218
Renda inferior a um (01) salário mínimo	
2.Sub-emprego / sem vínculo empregatício	130
Renda igual ou inferior a um (01) salário mínimo (doméstica, pagem, diarista, lavadeira, salgadeira, catador de sucata)	
3.Sem referência nas fichas	118
(criança / jovem não informa / contato não conseguido com a família)	
4. Mercado formal de trabalho	78
Renda até dois salários mínimos	

B) Quanto ao local e condições de moradia

Periferia 438

Centro 106

Barraco 190

Alvenaria 243

Rua 67

Ignorada 44

Alugada 214

Própria(COHAB) 120

Cedida 65

Invadida 64

Ignorada 35

C) Quanto a estrutura familiar

União legal 134

União ilegal 371

Ignorado 39

Família estruturada 181

Família desestruturada 326

Ignorado 37

* Escolaridade

Não frequentam a escola 213

Frequentam 149

Nunca frequentaram 182

* Atividade desenvolvida na Rua

Pedir 233

"Guardar carros" 141

Transportar / usar drogas 80

Procurar trabalho 23

Procurar orientação / auxílio para tirar documentos 22

Catar sucata 20

Vender limão, flores, alho, doces 12

Engraxar 08

Procurar atividade complementar 05

Obs.: de acordo com conceito utilizado pelo IBGE, que define como família estruturada aquela onde há presença de qualquer membro responsável pela prole.

2) CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Setembro de 1992 a Julho de 1993)

* Total de atendimentos: 1088

* Atendimentos - Faixa Etária

0 a 06	248
06 a 10	190
10 a 15	450
15 a 18	200

* Atendimentos - Sexo

Masculino	598
Feminino	490

* Escolaridade

Frequentam	140
Não frequentam	824
Nunca frequentaram	124

* Demanda de acordo com a Situação Problema Apresentada

Problemas de conduta	228
Maus tratos	119
Abandono	118
Fuga do lar	108
Vivência de rua	105
Procura por vaga em creche	104
Procura por vaga em escola	94
Recurso para voltar ao município de origem	79
Orientação / auxílio para tirar documentação	75
Procura de atividade alternativa	58

* Problema de conduta agrupado por sexo

Masculino: 146
Feminino : 82

* Procedência

Ribeirão Preto	610
Capital	50
Interior de SP	400
Outros Estados	28

* Constituição Familiar

Família estruturada 810

Família desestruturada 278

3) PASTORAL DO MENOR (Outubro de 1992 a Agosto de 1993)

* Total de abordagens: 89

QUADRO I : Abordagens - Sexo e Idade (em anos)

IDADE	MENINOS	MENINAS
08	--	01
10	02	01
11	06	01
12	04	01
13	06	02
14	12	04
15	14	03
16	13	04
17	07	02
18	06	--
TOTAL	70	19

* Procedência

Ribeirão Preto = 61

Outros Municípios = 28

* Estrutura Familiar

Estruturada 51

Desestruturada 38

* Escolaridade

Frequentam 14

Não frequentam 75

Nunca frequentaram 10

Evadiram 65

* Motivo de encontrar-se na Rua

Problemas de conduta 49

Problemas com a família 30

Procura de atividade 02

Perda total do vínculo familiar 08

* Tempo de vivência de Rua

6 meses	33
1 ano	12
2 anos	02
3 anos	04
4 anos	05
6 anos	05
7 anos	02
8 anos	01
9 anos	01
10 anos	01

* Drogadição

Sim	65
Não	24

* AIDS

Sim	23
Sem referência	66

* Institucionalização

Sim	14	Febem	11
		Hospital Psiquiátrico	01
		Clínica de Quimiodependência	02

* Passagem pela Polícia (distrito policial - liberação imediata)

Sim	37	Assalto	01
		Furtos	32
		Perambulação	04
Não	52		

ANEXO IV

ROTEIRO PARA LEITURA DOS PRONTUÁRIOS

I. DADOS REFERENTES AO ADOLESCENTE

1. Idade (no início do atendimento)

2. Sexo

3. Procedência

4. Situação Escolar

Frequenta

Alfabetizado

Não frequenta

Sim

Evadiu

Não

5. Institucionalizações ocorridas durante o período de atendimento:

tipo

motivo

tempo

6. Tempo de vivência de rua (no início do atendimento)

7. Identificação de Distúrbios de Conduta (de acordo com MDE III)

- fuga do lar

- lutas corporais

- uso de arma em briga

- crueldade física com outras pessoas

- destruição deliberada de propriedade alheia

- mentiras frequentes

- roubo sem confronto com a vítima (furto)

- roubo com confronto com a vítima (assalto)

- incapacidade de manter comportamento consistente em atividade

- fracasso em adaptar-se à normas sociais (atos anti-sociais repetidos, como:)

* importunar os outros

* furtar / roubar

* adotar ocupação ilegal

tipo

- irritabilidade / agressividade

- dificuldade de planejar o futuro (expectativa / perspectiva)

- irresponsabilidade em relação a si mesmo (segurança pessoal)

tipo

8. Identificação de Eventos Potencialmente Estressantes

- institucionalizações anteriores (infância)

motivo

tipo

tempo

- violência

tipo

- negligência

- rejeição

- abandono

- privações físicas severas

tipo

- outros

II. DADOS REFERENTES À FAMÍLIA

1. Tamanho da família

2. Ausência de genitores

Pai	Mãe	Ambos
- morte		
- separação		
- institucionalização		
tipo	motivo	
- outros		

3. Referência familiar

Pai	Mãe	Outros
-----	-----	--------

4. Identificação de Distúrbios de Conduta nos Pais

- violência/crueldade com outras pessoas
- exercício de atividade ilegal tipo
- institucionalização tipo
- alcoolismo
- drogadição
- dificuldade em planejar o futuro
- outros

5. Renda familiar

- abaixo de 1 salário mínimo
- salário mínimo
- acima de 2 salários mínimos

6. Situação Trabalhista

com vínculo
sem vínculo

7. Condições de Moradia da Família / Referência

- rua
- favela
- própria
- alugada
- cedida
- outros

III. DADOS REFERENTES AO ATENDIMENTO

Evolução

- Positiva	-Negativa
Situação Identificada	Situação Identificada

ANEXO V

GRÁFICOS OBTIDOS PELA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA

GRÁFICO A - Tendências de Associação entre Distúrbios de Conduta Derivadas da Análise de Correspondência

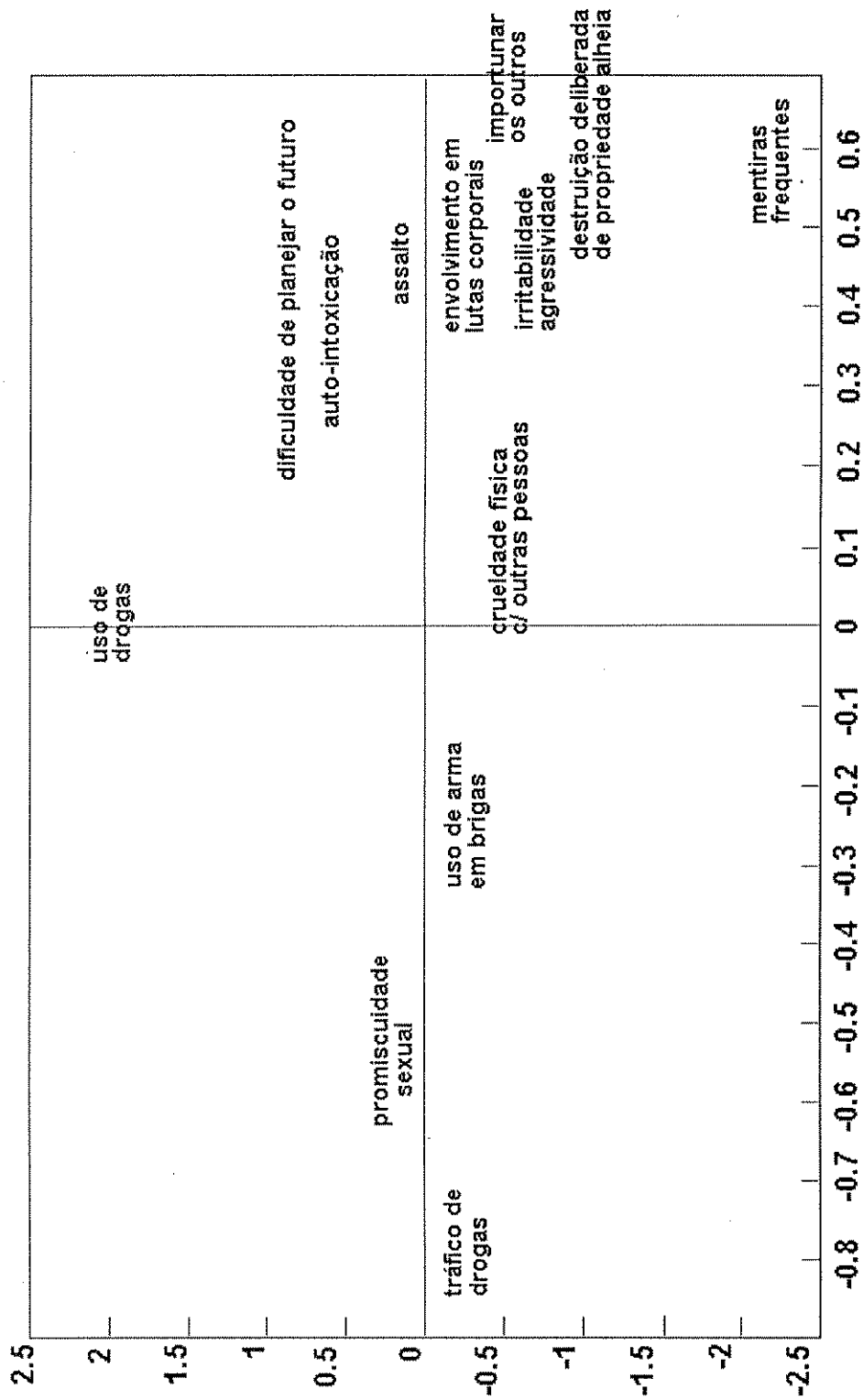


GRÁFICO B - Tendências de Associação entre Eventos de Vida Derivadas da Análise de Correspondência (1ª e 2ª dimensões)

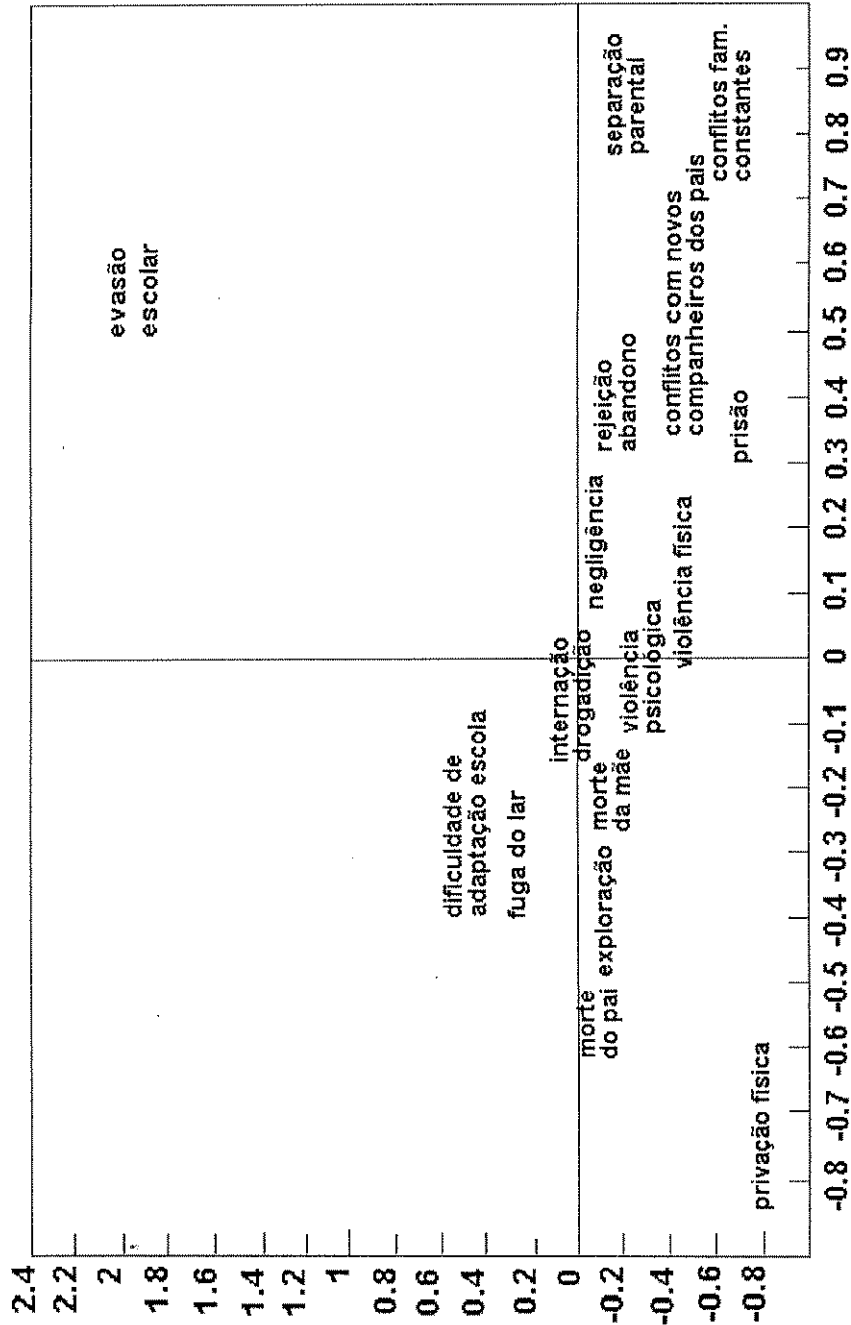


GRÁFICO C - Tendências de Associação Entre Eventos de Vida Derivadas da Análise de Correspondência (3ª e 1ª dimensões)

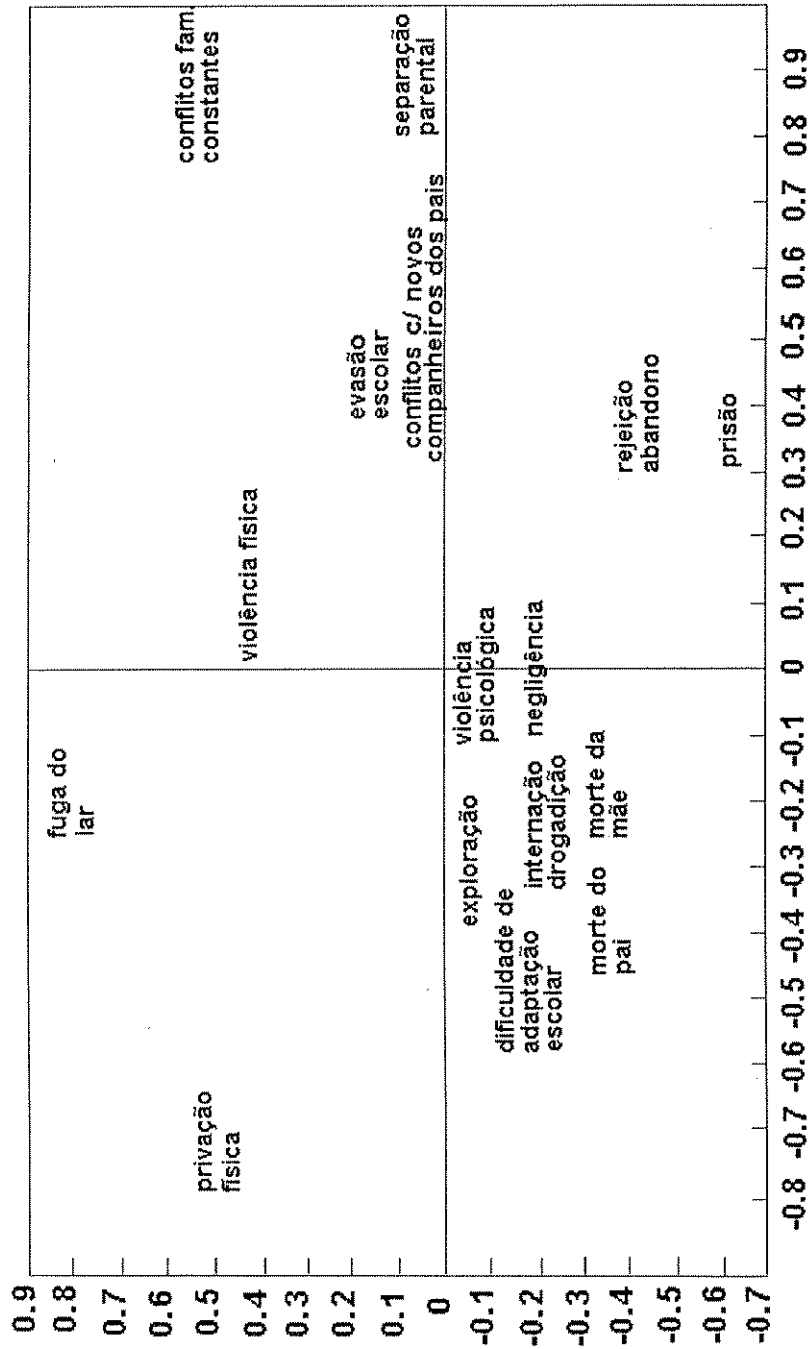


GRÁFICO E - Tendências de associação Entre Distúrbios de Conduta dos Sujeitos e de seus pais derivadas da Análise de Correspondência Múltipla

